

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CRISTIANE BARBOZA LOPES DA SILVA

A ONU E O GENOCÍDIO DE SREBRENICA

De acordo
Cristiane Barboza Lopes
28/04/21

**Santana do Livramento
2021**

CRISTIANE BARBOZA LOPES DA SILVA

A ONU E O GENOCÍDIO DE SREBRENICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

**Santana do Livramento
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S586o Silva, Cristiane Barboza Lopes da
A ONU e o genocídio de Srebrenica / Cristiane Barboza Lopes da Silva.
87 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021.
“Orientação: Flávio Augusto Lira Nascimento”

1. Guerra da Bósnia. 2. Genocídio. 3. Iugoslávia. 4. Operações de paz. I.Título.

CRISTIANE BARBOZA LOPES DA SILVA

A ONU E O GENOCÍDIO DE SREBRENICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10, mai. 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dra. Juliana de Paula Bigatão Puig
UNIFESP

Prof. Dr. Leonardo Ulian Dall'Evedove
UFRR

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a coragem para mudar meu caminho e perseguir o sonho de me tornar internacionalista;

A meus pais pelo apoio e o carinho, que tornaram possível que eu enfrentasse essa jornada. Sem vocês eu não teria chegado até aqui;

Ao meu orientador, prof. Flávio Lira, a quem tanto admiro, pela sua dedicação, por todo o auxílio e pela pessoa incrível que é, sabendo sempre as palavras que eu preciso ouvir nas horas mais difíceis;

Ao Grupo de Estudos da Eurásia (GEsEu) e a seus membros, meus colegas, pela oportunidade de expandir meus conhecimentos e aprender cada vez mais.

Aos colegas e amigos Renan Lopes e Teodora Stuermer pela parceria durante esse ano tão atípico e por me ajudarem a lembrar que as tarefas podem ser difíceis, mas ficam mais amenas quando temos com quem compartilhar.

Às queridas amigas Carolina Azambuja e Andressa Dotto por entenderem minhas ausências e torcerem por mim. A amizade de vocês torna tudo mais leve.

A guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem e atinge os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais, onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei.

John Keegan

RESUMO

Este trabalho visa analisar os equívocos cometidos na missão de paz conduzida pela Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) durante a Guerra da Bósnia (1992-1995) que possibilitaram a ocorrência de um genocídio que vitimou aproximadamente 8000 homens e meninos em uma área que estava sob sua proteção. Nossa hipótese era de que problemas estruturais do batalhão aliados a sua característica pacificadora, com a utilização de armamento leve e sem mandato para uso da força exceto para legítima defesa, teriam possibilitado a tomada da cidade pelos sérvio-bósnios. Essa explicação mostrou-se em parte adequada, porém, a questão é mais complexa do que isso, envolvendo ainda interesses dos países do Conselho de Segurança da ONU e tomadas de decisão políticas desconectadas com a realidade do conflito em terra. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva que explora a produção acadêmica relativa ao tema, bem como documentos divulgados sobre o massacre, visando investigar e descrever os fatos que se passaram no enclave. Para melhor retratarmos o assunto, fazemos um histórico dos Balcãs, região em a cidade se encontra, e reconstituímos a formação da antiga Iugoslávia até sua fragmentação a partir de 1990, procurando apresentar a multiplicidade étnica e cultural da região e como esse elemento foi utilizado para gerar o ódio que se traduziu no primeiro genocídio em terras europeias após a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-Chave: Iugoslávia. Guerra. Genocídio. Srebrenica. Operações de Paz.

ABSTRACT

This work aims to analyze the mistakes made during the peacekeeping mission conducted by the United Nations Protection Force (UNPROFOR) in the Bosnian War (1992-1995) that might have made possible the occurrence of a genocide that killed approximately 8,000 men and boys in an area that was under its protection. Our hypothesis was that structural problems of the battalion allied to its pacifying characteristic, with the use of light weapons and without a mandate to use force except for self-defense, would have made it possible for the Bosnian Serbs to take over the city. This explanation proved to be partly adequate, however, the issue is more complex than that, also involving interests of the countries of the UN Security Council and political decision-making disconnected from the reality of the conflict on the ground. It is a bibliographic and descriptive research that explores the academic production related to the theme, as well as documents published about the massacre, aiming to investigate and describe the events that took place in the enclave. To better portray the subject, we summarize the history of the Balkans, the region in which the city is located, and reconstruct the formation of the former Yugoslavia until its fragmentation in the early 1990s, seeking to present the ethnic and cultural multiplicity of the region and how this element was used to generate the hatred that resulted in the first genocide in European lands after the Second World War.

Keywords: Yugoslavia. War. Genocide. Srebrenica. Peace Operations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Plano Vance Owen	44
Figura 2. Divisão da Bósnia após os acordos de Dayton.....	46
Figura 3. Evolução das fronteiras da Iugoslávia (1919-1992).....	47
Figura 4. Comboio humanitário acompanhado por carro da imprensa	50
Figura 5. Áreas seguras na Bósnia-Herzegovina	52
Figura 6. Etnias majoritárias na Bósnia-Herzegovina (1991).....	53
Figura 7. Soldados do Dutchbat ajudam refugiados a subir em jipe em 1995	54
Figura 8. Disposição do Dutchbat em Srebrenica em junho de 1995	60
Figura 9. Complexo do Dutchbat em Potočari	61
Figura 10. Posto de Controle do Dutchbat.....	64
Figura 11. General Ratko Mladić em Srebrenica "tranquilizando" a população sobre as evacuações.....	67
Figura 12. Karremans, o comandante do Dutchbat (centro) em almoço com o general sérvio Mladić (à esquerda)	70
Figura 13. Locais de execuções e valas comuns	71
Figura 14. Lápides no Memorial do Genocídio em Srebrenica	72
Figura 15. Vala comum em Srebrenica exumada em 2007	72

LISTA DE SIGLAS

ABiH ou ARBiH: Armija Bosne i Hercegovine (Exército da Bósnia-Herzegovina)

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

BSA: Bosnian-Serb Army (Exército Sérvio-Bósnio)

CE: Comunidade Europeia

CICV: Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CS: Conselho de Segurança

HDZ : *Hrvatska demokratska zajednica* (União Democrática Croata)

HVO: *Hrvatsko vijeće obrane* (Conselho de Defesa Croata)

JNA: *Jugoslovenska narodna armija* (Exército Popular Iugoslavo)

ONU: Organização das Nações Unidas

PC: Partido Comunista

SDA: *Stranka demokratske akcije* (Partido da Ação Democrática)

SDS: *Srpska demokratska stranka* (Partido Democrático Sérvio)

TO: *Teritorijalna odbrana* (Defesa Territorial)

TPII: Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia

UNPROFOR – United Nations Protection Force (Força de Proteção das Nações Unidas)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. NACIONALISMO, NOVAS GUERRAS E OPERAÇÕES DE PAZ	15
2.1. Nacionalismo	15
2.2. Características das novas guerras.....	17
2.3. Missões de paz	22
3. UM BREVE HISTÓRICO DA IUGOSLÁVIA	25
3.1. Os primeiros eslavos.....	25
3.2. As Guerras Balcânicas.....	27
3.3. A Primeira Guerra Mundial.....	28
3.4. O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos	30
3.5. A Segunda Guerra Mundial.....	31
3.6. A Iugoslávia socialista de Tito.....	33
3.7. O caminho para o fim.....	36
4. A GUERRA DA BÓSNIA E O MASSACRE DE SREBENICA	37
4.1. As partes envolvidas no conflito.....	41
4.2. Negociações de paz.....	42
4.3. O genocídio.....	47
4.3.1. A Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR)	47
4.3.2. Srebrenica	52
4.3.3. A queda da área segura	64
4.3.4. Desdobramentos do genocídio na comunidade internacional.....	73
4.4. Análise das falhas da missão.....	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
6. REFERÊNCIAS	85

1. INTRODUÇÃO

A Guerra da Bósnia faz parte do processo de dissolução da República Socialista Federativa da Iugoslávia, formada por seis repúblicas independentes (Eslovênia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia) e duas províncias autônomas (Kosovo e Vojvodina). Uma das grandes marcas da federação era sua diversidade étnica e cultural. No final da década de 1980, porém, a Iugoslávia passava por séria instabilidade política e financeira. Como consequência de tais fragilidades, diferenças étnicas e religiosas, que até então eram mantidas sob controle, afloraram dando lugar à ascensão do nacionalismo. A partir de 1990, as tensões originaram conflitos violentos motivados pela secessão das repúblicas da federação. Eslovênia e Croácia foram as primeiras a se desligar da Iugoslávia. A Bósnia pretendia seguir o mesmo caminho. No entanto, a população sérvia que vivia neste país não aceitava a separação. Uma guerra extremamente violenta se iniciou no local e, então, o mundo assistiu a ocorrência do primeiro genocídio em terras europeias após a Segunda Guerra Mundial, em uma pequena cidade na fronteira com a Sérvia.

Srebrenica é uma localidade situada no leste da Bósnia e Herzegovina (doravante Bósnia) cuja população, no período anterior ao conflito, era formada majoritariamente por bosníacos (bósnios muçulmanos). Porém, é importante salientar que após a declaração da República Srpska (República Sérvia da Bósnia), em 1993, a cidade ficou dentro de um território dominado pelos sérvios. Diante do risco iminente que os civis corriam, o Conselho de Segurança das Nações Unidas determinou que a Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), inicialmente pensada para a Croácia, fosse estendida para essa região. Srebrenica então entrou na categoria de área segura e o batalhão dos Países Baixos (Dutchbat) foi designado para protegê-la. Apesar disso, o Exército Sérvio-Bósnio (BSA, na sigla original) conseguiu avançar por todos os postos de controle da UNPROFOR e tomar a cidade. A partir de então, gerou centenas de refugiados e separou homens e meninos em idade militar e os assassinou indiscriminadamente. Estima-se que o número de vítimas chegue a 8000.

O objetivo deste trabalho é analisar os acontecimentos em Srebrenica, bem como as decisões do Conselho de Segurança e da UNPROFOR, para descobrir porque um episódio de tamanha gravidade ocorreu mesmo com a presença das Nações Unidas para garantir a segurança do local. Visando aprofundar a questão,

buscamos também apresentar um histórico da formação da Iugoslávia para explicar como se formaram as rivalidades que culminaram no ódio entre as etnias que ali convivem há vários séculos; analisamos o histórico da guerra da Bósnia e sua classificação como um conflito internacional pela perspectiva da teoria das Novas Guerras; verificamos a constituição da UNPROFOR e quais suas atribuições no enclave; e, por fim, refletimos sobre os desdobramentos da falha da missão da ONU e como essa lição foi empregada no desenvolvimento de diretrizes nos anos posteriores para regular o funcionamento das operações de paz e no julgamento dos criminosos de guerra através do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia (TPII).

Esta pesquisa começou a ser desenvolvida em 2020, efeméride dos 25 anos do genocídio. Apesar dos anos transcorridos desde então, ainda permanecem vivas nas famílias dos sobreviventes especulações sobre a responsabilidade pelo que aconteceu, de fato, em julho de 1995. A autoria dos sérvios foi atestada pelo TPII, porém muito se discute sobre o papel das Nações Unidas e da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), sob comando holandês, no desenrolar dos acontecimentos. O trabalho se justifica, portanto, pela necessidade de buscar maior compreensão dos fatores que, combinados, ocasionaram nos fatos que culminaram no genocídio. Ademais, o assunto se torna relevante por não ser explorado de forma frequente no Brasil.

No campo das Relações Internacionais, este trabalho pretende contribuir para a discussão sobre a atuação de operações de paz, podendo suscitar reflexões sobre as responsabilidades das forças de paz e das Nações Unidas perante as populações que se comprometem a proteger, uma vez que as falhas de segurança ocorridas em áreas protegidas são centrais para o entendimento do genocídio de Srebrenica.

A abordagem teórico-metodológica que utilizamos neste trabalho é a teoria das Novas Guerras que enquadra a Guerra da Bósnia como um conflito nacionalista com características distintas dos conflitos vistos nos Bálcãs em épocas anteriores, que também continham elementos nacionalistas. Partindo dessa premissa, buscamos fazer uma análise dos elementos que originaram os conflitos de dissolução da antiga Iugoslávia.

Uma vez que o conflito esteja clarificado, consideramos necessário partir para um exame da sequência de erros na condução da missão de paz em Srebrenica por parte das Nações Unidas e da UNPROFOR. Tais dados geram a hipótese de que o

genocídio foi potencializado pelo encadeamento dessas decisões equivocadas. Para corroboração dessa hipótese, faremos uma análise de documentos e produção científica relativa ao tema, especialmente do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o assunto que foi apresentado ao Conselho de Segurança em 1999.

Quanto às fontes utilizadas, temos uma pesquisa bibliográfica que busca conteúdo em material acadêmico já produzido sobre o assunto e uma pesquisa documental que acessa documentos relativos aos fatos tratados (SEVERINO, 1997, p. 122).

A abordagem utilizada neste trabalho é a pesquisa qualitativa, atentando para “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHADT, 2009, p; 32). Tal particularidade possibilita, portanto, o acesso a fontes como entrevistas e documentários que exponham a atuação dos diversos atores envolvidos no conflito, visando uma perspectiva mais ampla dos acontecimentos através de uma abordagem social dos aspectos do conflito.

Com relação aos objetivos buscados com este estudo, tem-se uma pesquisa descritiva, buscando “descrever fatos e fenômenos de uma determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987 apud GERHADT, 2009, p; 34). Ou seja, buscando apresentar informações, documentos, reportagens, relatórios produzidos sobre o genocídio e a missão de paz de Srebrenica relativos à Guerra da Bósnia (1991-1995).

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no capítulo 2 trazemos a teoria das Novas Guerras e o nacionalismo para explicar as bases do conflito e uma caracterização das operações de paz para clarificar a missão que foi implantada na Bósnia. No capítulo 3 traçamos o histórico da Iugoslávia e como se deu a multiplicidade étnica da região. No capítulo 4 relatamos o panorama geral da Guerra da Bósnia como parte dos conflitos de dissolução da Iugoslávia e tratamos do genocídio propriamente dito, detalhando os acontecimentos e problematizando suas causas. Por fim, no capítulo 5, propomos reflexões sobre o que foi apresentado no trabalho.

2. NACIONALISMO, NOVAS GUERRAS E OPERAÇÕES DE PAZ

Existe na academia e nos meios de comunicação uma tendência a associar automaticamente o passado turbulento dos Bálcãs, permeado de ódios seculares e diferenças étnicas e religiosas, como responsável pela deflagração das guerras que culminaram na dissolução da Iugoslávia. Esses elementos são, de fato, muito importantes na composição dos conflitos que lá se desenvolveram nos anos 1990. No entanto, para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos a perspectiva da pesquisadora Mary Kaldor que argumenta que estas características, apesar de relevantes, não são as principais fomentadoras das guerras iugoslavas do pós-Guerra Fria. A autora afirma que o tipo de violência visto nas guerras de dissolução não surge a partir de um retorno do antigo nacionalismo, que alimentou conflitos na península balcânica no passado, mas sim de um novo tipo de violência organizada, presente também em conflitos concomitantes na época, como o de Ruanda, o qual ela denomina “novas guerras” e que se configura como um aspecto da renovada era do mundo globalizado. Na primeira parte deste capítulo, portanto, buscamos apresentar o conceito tradicional de nacionalismo e compará-lo ao fenômeno presente na guerra da Bósnia. Na sequência, apresentamos o conceito de novas guerras e como se encaixa no contexto iugoslavo. Por último, consideramos fundamental tratar da questão das operações de paz, elemento indispensável para a análise dos acontecimentos que levaram às graves violações de direitos humanos ocorridas em Srebrenica, zona protegida pelas Nações Unidas.

2.1. Nacionalismo

O nacionalismo é um termo político que impõe certa dificuldade de definição uma vez que está invariavelmente ligado à definição de um outro termo: nação. A dificuldade em conceituar nação, por seu turno, está ligada à complexidade de especificar qual é o elemento que une um grupo de pessoas e o torna homogêneo. As características de unidade mais comuns são etnia, língua e religião. Na ausência desses elementos, a fidelidade ao Estado assume o papel de agregadora. No século XIX, Alemanha e França exemplificavam bem essas duas visões. Para os alemães, nação se constituía de uma comunidade cultural; para os franceses, da vontade de viver em conjunto. (SILVA; GONÇALVES, 2010, p. 158)

O nacionalismo pode ser definido de duas formas: sentimento e ideologia política. Quando se refere a um sentimento, caminha junto com o patriotismo, traduzindo-se no afeto que o indivíduo apresenta pelo lugar onde nasceu e cresceu, cuja herança cultural herdou. Como sentimento, ele não está constantemente em evidência, mas pode manifestar-se tanto em ocasiões positivas e inofensivas quanto destrutivas. É normal que o nacionalismo fique mais evidente em uma competição esportiva contra um time estrangeiro, por exemplo. No entanto, ele também pode ser exacerbado pela hostilidade e desprezo ao estrangeiro, no que se torna xenofobia e pode, inclusive, motivar conflitos armados. Como ideologia política, o nacionalismo, tradicionalmente, se caracteriza como a luta dos povos pela construção de um Estado que lhe garanta independência política. A construção dos Estados italiano e alemão são bons exemplos. (SILVA, GONÇALVES, 2010, p. 160)

Apesar da Guerra da Bósnia, central neste trabalho, ter fortes elementos nacionalistas, ela não se encaixa neste conceito clássico de nacionalismo como ideologia política do século XIX. Mary Kaldor (2012), trazendo elementos do trabalho de Ernest Gellner, acredita que um novo tipo de nacionalismo se desenvolveu na região na década de 1990, não mais baseado na emancipação e na construção de um Estado, mas sim na busca por poder fundamentada em identidades políticas e instrumentalizada através da construção de uma representação nostálgica e idealizada do passado para reacender velhos ódios, aliada à perda de legitimidade do poder estatal.

Como Gellner (1983) explica, o nacionalismo como princípio político determina que unidade nacional e política sejam compatíveis, ou seja, pressupõe um alinhamento entre estes dois elementos. O que é possível verificar, no entanto, é que a configuração interna dos Estados nem sempre permite que essa conformidade seja possível. Países como os balcânicos formados por diversas nacionalidades numericamente distintas em termos de representatividade criam um ambiente propício para que a política nem sempre represente a todos e, conseqüentemente, que a unidade nacional fique seriamente comprometida a partir desse fato.

A violação do princípio da congruência entre unidade nacional e política gera raiva (GELLNER, 1983). Afinal de contas, sabemos que mesmo com toda a articulação política por trás desses movimentos, o sentimento humano tem papel inegável na formação dos ódios que motivam as maiores atrocidades que os homens podem conceber. Apesar disso, é importante enfatizar que, conforme Gellner (1983,

p. 34) expõe, o sentimento nacionalista não é inerente ao ser humano e sim um dos produtos da organização que a sociedade industrial tomou, concentrando-se em grandes grupos, com uma educação centrada e culturalmente homogêneos. Essa, porém, não é a raiz do sentimento nacionalista, que está arraigado na estrutura da sociedade industrial (cujo sistema produtivo é baseado na associação da ciência e da tecnologia).

Gellner argumenta que:

It is nationalism which engenders nations, and not the other way round. Admittedly, nationalism uses the pre-existing, historically inherited proliferation of cultures or cultural wealth, though it uses them very selectively, and it most often transforms them radically. Dead languages can be revived, traditions invented, quite fictitious pristine purities restored. [...] The cultural shreds and patches used by nationalism are often arbitrary historical inventions. Any old shred and patch would have served as well. (GELLNER, 1983, p. 56) ¹

Não podemos negar que as diferenças históricas e culturais existam, mas elas não são automaticamente geradoras de conflitos. O nacionalismo as manipula, ou mesmo cria versões, que possam levar aos objetivos que visa atingir. Na guerra da Bósnia, essa estratégia foi largamente utilizada, criando uma base para incitar o conflito conforme veremos com mais clareza no capítulo seguinte.

2.2. Características das novas guerras

As últimas décadas do século XX testemunharam o surgimento de um tipo de violência diferenciado, que se desenvolveu principalmente na África e na Europa oriental e que é um produto da era globalizada contemporânea. Inseridos no mundo pós-comunista, estes conflitos têm em comum três características importantes: uma combinação de guerra, crime organizado e violações de direitos humanos. Entende-se neste contexto: guerra como a luta entre Estados ou grupos políticos organizados por motivações políticas; crime organizado como grupos particulares organizados que

¹ É o nacionalismo que engendra as nações, e não o contrário. Reconhecidamente, o nacionalismo utiliza a proliferação de culturas ou riqueza cultural pré-existente e historicamente herdada, embora as utilize de forma muito seletiva e, na maioria das vezes, as transforme radicalmente. Línguas mortas podem ser revividas, tradições inventadas, purezas primitivas bastante fictícias restauradas. [...] Os fragmentos e remendos culturais usados pelo nacionalismo são frequentemente invenções históricas arbitrárias. Qualquer outro velho fragmento ou remendo poderia servir.

lutam por objetivos pessoais, em geral financeiros; e violações de direitos humanos como ações de Estados ou grupos políticos organizados contra indivíduos. (KALDOR, 2012, p. 1, 2)

Apesar da globalização já não ser um fenômeno novo nas décadas de 1980 e 1990, esse período se destaca pela efervescência das novidades na tecnologia da informação, bem como pelas melhorias na comunicação e no processamento de dados. A intensificação da interconectividade encontrou um mundo em transição política e contribuiu para que a Europa oriental, que dava os primeiros passos rumo ao fenômeno da globalização, se abrisse para o mundo. (KALDOR, 2012, p. 4, 5) Ou seja, concomitantemente com as mudanças políticas que se desenvolviam houve também a chegada de uma nova forma, mais rápida e menos limitada, de contatar o mundo capitalista e globalizado e por ele ser influenciado.

Outro elemento acentuadamente relevante é a questão do Estado nacional. As novas guerras se proliferam em situações em que a autonomia do Estado está ruindo ou mesmo em casos em que o processo de desintegração já se iniciou ou é iminente, levando à deterioração do monopólio de uso legítimo da força. Fato que contribuiu para essa situação foi a transnacionalização das forças armadas, institucionalizada em casos de blocos como os formados durante a Guerra Fria. (KALDOR, 2012, p. 5, 6) No caso da Iugoslávia isso se torna um assunto ainda mais expressivo pois as seis repúblicas “compartilhavam” as forças militares, no caso o Exército Popular Iugoslavo (JNA), cuja sede encontrava-se na Sérvia. A desintegração do país causou conflitos, assim como aconteceu com a URSS, com relação ao espólio desse exército unificado. O Exército Popular Iugoslavo (JNA) teve, inclusive, papel importante como ator no conflito ao lado dos sérvios, ainda que fosse, teoricamente, de toda a federação.

Para melhor compreender o uso do termo, é importante refletirmos em que as novas guerras se diferenciam de suas antecessoras. As sociedades ao longo da história guerrearam de acordo com sua cultura e recursos disponíveis. O que o mundo ocidental denomina guerra é, na verdade, mais um tipo de conflito, especificamente o modelo que se desenvolveu na Europa ocidental entre os séculos XV e XVIII. Naturalmente, um período tão extenso não compartilha todas as suas características, mas mantém em comum um ponto essencial: está intrinsecamente ligado à busca pela construção do Estado moderno, racionalizado, com o poder centralizado, territórios bem definidos e hierarquia estruturada (KALDOR, 2012, p. 15-17).

As velhas guerras do século XIX, segundo Kaldor (2012, p. 27) “envolveram guerra entre Estados com uma ênfase cada vez maior em escala e mobilidade, e uma necessidade crescente de organização "racional" e doutrina "científica" para gerenciar esses grandes conglomerados de força”². Ou seja, eram guerras lutadas majoritariamente entre Estados (bem consolidados ou em busca de estabilidade) e passavam a contar cada vez mais com as primeiras tecnologias modernas oriundas da crescente importância dada à ciência desde o período Iluminista. As guerras do início do século XX, por sua vez, conforme a autora explica, tratavam-se de guerras totais, envolvendo interesses nacionais de vários Estados em um mesmo conflito, quer seja na luta, quer seja na provisão de armas e munições para os beligerantes. Neste tipo de guerra, toda a sociedade se vê envolvida nos acontecimentos, dessa forma as esferas pública e privada tornam-se de difícil distinção. (KALDOR, 2012, p.27)

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, as guerras entre Estados diminuíram e passaram a ser moderadas pela intervenção das superpotências (KALDOR, 2012, p. 30). No contexto da Guerra Fria a tecnologia colocada a serviço da guerra já havia se desenvolvido a tal ponto que uma guerra total traria riscos incalculáveis para qualquer país que se envolvesse em um possível conflito. As novas guerras que surgem no final do século XX e da Guerra Fria rompem o padrão de suas antecessoras principalmente em três aspectos: objetivos, métodos de guerra e tipo de financiamento.

Contrariando os objetivos dos conflitos anteriores que giravam em torno de motivos ideológicos e geopolíticos, as novas guerras tem como propósito uma política identitária. Isto significa que uma identidade particular como a nacional, a de um clã, a de uma religião ou de uma língua, são utilizados como base para reivindicar o poder. Mesmo que outras guerras também envolvessem choques de cultura, nas novas guerras o nacionalismo não está ligado ao interesse do Estado ou à forma de organização da sociedade e sim a uma política nacionalista emancipatória baseada em rótulos e a uma tendência à idealização nostálgica do passado. Não se trata apenas de uma rememoração desse passado e dos ódios seculares, mas sim de uma “reinvenção” dessas causas com o intuito de legitimar politicamente a luta dentro de

² No original: “involved war between states with an ever-increasing emphasis on scale mobility, and an increasing need for ‘rational’ organization and ‘scientific’ doctrine to manage these large conglomerations of force”.

contextos em que a legitimidade política estatal está em declínio. (KALDOR, 2012, p. 7-8)

A captura de território inimigo é o grande objetivo nas velhas guerras, logo, as batalhas são a melhor maneira de gerar resultados. Nas novas guerras, porém, a guerrilha e a contra insurgência são mais utilizadas. A técnica de guerrilha visa controlar o território não pelo avanço militar como antigamente, mas através do controle político. Dessa forma, as batalhas tradicionais são veementemente evitadas. Da contra insurgência, por sua vez, vem a desestabilização através da difusão de ódio e medo na população. É nessa base que se desenvolve a intolerância a uma identidade diferente, que acaba levando a fenômenos como o da limpeza étnica. Também é isto que explica o porquê desse tipo de guerra gerar tantos refugiados e direcionar a violência amplamente aos civis. Além disso, nas novas guerras, as regras tradicionais do conflito bélico, que condenam atrocidades contra não combatentes, dano a monumentos históricos e cercos, são justamente as estratégias essenciais do modo de guerra.

A organização das forças militares também é distinta do modo hierárquico e centralizado das velhas guerras. Nas novas guerras há uma significativa mistura de vários grupos como: unidades militares tradicionais e destacamentos separatistas dessas unidades, grupos mercenários e paramilitares, gangues e forças policiais. (KALDOR, 2012, p. 9)

Por fim, da mesma forma como acontece com as forças militares, a economia das novas guerras também é descentralizada em contraste com o modo centralizado, autárquico e totalizante dos antigos conflitos. Como a produção doméstica e o recolhimento de impostos sofre uma redução radical durante o conflito, os grupos combatentes não podem contar plenamente com financiamento estatal e precisam buscar outras fontes de arrecadação como: ajuda externa de países apoiadores, tomada de reféns, mercado negro, pilhagem, taxaço de ajuda humanitária, recebimentos da diáspora mundial e negociações ilegais de armas e contrabando. (KALDOR, 2012, p. 10)

Para defender a teoria das Novas Guerras, Kaldor (2012) explica que existem na literatura várias classificações que poderiam, de certa forma, descrever as guerras que ela considera como “novas” (ver quadro abaixo). No entanto, segundo sua percepção, tais categorizações falham ao deixar de considerar elementos importantes que delineiam essas guerras, que não são uma evolução e modernização natural dos

antigos conflitos ao longo do tempo e sim um novo tipo de fenômeno que não é uma mera continuidade.

Quadro 1- Comparativo entre definições tradicionais de conflito e as Novas Guerras

Tipo de conflito	Semelhanças com as novas guerras	Diferenças das novas guerras
Conflitos internos/ civis/ de baixa intensidade	Guerras localizadas	Neste tipo de guerra as muitas conexões transnacionais dificultam a distinção do que é interno ou externo, agressão ou repressão, local ou global.
Guerras privadas/informais	Privatização da violência	É difícil aplicar a distinção entre privado e público, estatal e não estatal, formal e informal, motivações econômicas e políticas.
Guerras pós-modernas	Distinguem as guerras atuais daquelas ditas da modernidade clássica	Incluem também as guerras virtuais e no cyberspace
Guerras híbridas	Fusão entre público e privado, estatal e não estatal, formal e informal	Falha em compreender a lógica das novas guerras ao misturar diferentes tipos de guerra, inclusive o convencional
Degenerate warfare ³	Decadência das estruturas nacionais	Acredita em uma continuidade das guerras totais de antigamente
Remnants of war ⁴	Acredita que a guerra tradicional declinou e o que ficou foi “banditismo disfarçado de conflito político”	

Fonte: Adaptado de: Kaldor (2002)

Como é possível perceber, apesar de outros conceitos apresentarem algumas semelhanças, apenas o conceito de novas guerras engloba aspectos mais específicos dos combates no pós-Guerra Fria, caracterizando-as como distintas das velhas guerras, suas antecessoras.

Com relação à Guerra da Bósnia, a autora a considera o exemplo mais completo de uma nova guerra pelas condições descritas a seguir. O primeiro aspecto que caracteriza esse conflito como um exemplo, é a questão do Estado nacional. Ao contrário dos Estados em formação das velhas guerras, neste caso temos uma identidade estatal que foi lentamente se fragmentando. Conforme Kaldor (2012, p. 37) explica, a base da Iugoslávia estava associada à memória da luta dos *partisans* na II

³ Guerra degenerada (tradução nossa)

⁴ Resquícios de guerra (tradução nossa)

Guerra Mundial, associada aos ganhos econômicos conquistados no pós-guerra. No início dos anos 1990, no entanto, o país estava afundado em dívidas, as taxas de desemprego em franca expansão e as lembranças das façanhas dos tempos de guerra já há muito distantes. O golpe final veio com a queda da União Soviética e o fim da divisão do mundo em leste e oeste. Com todas as suas repúblicas em discordância umas com as outras, o país já não se identificava como um só. A identidade iugoslava se perdeu, e diante de uma conjuntura tão conturbada, a guerra acabou sendo uma forte opção. Lutou-se para desfazer o Estado iugoslavo e não para consolidá-lo.

Outro elemento explicativo foi o tipo de luta praticada. De maneira oposta ao modelo das velhas guerras, apesar da existência do Exército Popular Iugoslavo (JNA), a guerra da Bósnia foi alicerçada principalmente em forças irregulares (organizações paramilitares, grupos mercenários estrangeiros e polícia local com a adesão de civis). (KALDOR, 2012, p. 48)

O terceiro aspecto foi o tipo de financiamento do conflito. Não podendo contar com amplo financiamento estatal como nas velhas guerras, especialmente pela presença de tantos grupos paramilitares, a situação exigia que cada um tivesse a própria fonte para gerar receitas. As formas foram as mais variadas, contando com fontes externas: taxaço de ajuda humanitária, saque e pilhagem, remessas advindas da diáspora internacional e ajuda de governos apoiadores. (KALDOR, 2012, p. 51)

2.3. Missões de paz

Tradicionalmente, a diplomacia e a coerção foram os meios mais empregados na solução e mediação de conflitos. Com o crescimento da atuação das organizações internacionais, no entanto, uma nova modalidade surgiu e ganhou força: as missões de paz, que posteriormente englobaram um número maior de atividades e passaram a ser conhecidas de forma geral como operações de paz. (DIEHL, 2008, p.1) Existe uma certa dificuldade de conceituar com exatidão uma missão de paz porque as características que a definem foram se transformando ao longo da história. Das primeiras missões até as atuais houve uma série de mudanças no que se configura como uma missão de paz.

Os anos 1990 foram um período de grandes transformações no campo das operações de paz. Não só o número de operações conduzidas aumentou

consideravelmente, como também cresceu o número de países colocando tropas à disposição das Nações Unidas. Houve ainda uma significativa modificação no foco das missões, que se tornaram mais complexas, maiores e mais dispendiosas, passando a englobar mais elementos do que em experiências anteriores. As tropas de paz incorporaram também a responsabilidade pela entrega de ajuda humanitária, programas para estruturação dos Estados, condução de pacificação local e imposição da paz. (BELLAMY, WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 60)

Os resultados das missões de paz da primeira metade da década de 1990 (em Angola, Somália, Bósnia-Herzegovina e Ruanda), no entanto, foram um grande fracasso para as Nações Unidas e acabaram ocasionando profundas reflexões sobre o papel das operações de paz. ((BELLAMY, WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 93) Como reflexo desse período, no início da década de 2000 foram desenvolvidas diretrizes para organização e manutenção das operações de paz que resultaram no conceito de Responsabilidade de Proteger (R2P).

É importante destacar que as operações de paz não são operações militares. Estas diferenciam-se claramente das últimas nos seguintes aspectos: consentimento estatal, imparcialidade e uso mínimo da força:

Quadro 2 – Comparação entre operações de paz e operações militares

	Operações de paz	Operações militares
Consentimento estatal	Para que a missão possa se instalar é indispensável o consentimento do Estado onde a operação realizar-se-á.	O consentimento não é aplicável nesse caso pois os países envolvidos são os beligerantes.
Imparcialidade	Não há apoio da operação de força para nenhum dos lados do conflito. A neutralidade deve ser mantida.	Homens e armamentos são normalmente enviados para auxiliar um dos lados e alterar a balança de poder do conflito.
Uso mínimo da força	Os membros da operação de paz devem fazer uso da força apenas para autodefesa.	Táticas militares ofensivas são utilizadas e o limite para o uso da força se limita apenas às regras do Direito Internacional Humanitário.

Fonte: Adaptado de: Diehl (2008).

Outros aspectos que diferenciam os dois tipos de intervenção são o tamanho – as operações de paz são menores – e o armamento – nas operações de paz as armas são leves, maioritariamente rifles e pistolas; nas operações militares o armamento é pesado e pode inclusive incluir tanques, mísseis e armamentos de alta tecnologia. (DIEHL, 2008, p. 7)

Em suma, as guerras de dissolução iugoslavas destacam-se como **um novo fenômeno nacionalista**, distinto do ocorrido em décadas anteriores; como **uma nova guerra**, rompendo também com as especificidades vistas em conflitos passados e como **um episódio de grande relevância na história das operações de paz**, pelas lições que foram aprendidas com os muitos erros cometidos e as graves consequências que tiveram.

3. UM BREVE HISTÓRICO DA IUGOSLÁVIA

A Iugoslávia foi um país localizado no sudeste da Europa em uma região geograficamente conhecida como os Bálcãs. Era constituída por seis repúblicas independentes – Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia – e duas províncias autônomas – Kosovo e Vojvodina. Recebeu essa nomenclatura oficialmente em 1929 ainda como reino, mas a partir do final da Segunda Guerra Mundial tornou-se um país socialista sob o comando do Marechal Josip Broz Tito. Após a morte de seu líder, a federação passou a enfrentar sérias dificuldades administrativas associadas à crise econômica que afetou diversos países na década de 1980. O desgaste do modelo federativo, aliado às históricas rivalidades da região, causou uma instabilidade que não foi possível contornar. A partir da secessão da Eslovênia em 1991, iniciou-se um longo processo de desintegração que culminou com sua completa extinção no início do século XXI.

A península balcânica ficou bastante marcada, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, como uma zona de violenta tensão étnica, política e religiosa. Na década de 1990 tais questões voltaram à tona e foram amplamente exploradas pela mídia enquanto o mundo assistia aos horrores perpetuados durante as guerras de dissolução da Iugoslávia. Para termos uma maior dimensão da origem dessas rivalidades, é importante compreendermos como se deu a formação dos povos que habitam a região e o porquê de haver tantas diferenças em espaços tão próximos.

Para melhor contextualização, este capítulo está dividido cronologicamente buscando resgatar a origem dos primeiros habitantes dos Bálcãs, apontar quais foram os povos que posteriormente se integraram à população balcânica e apresentar os principais conflitos que se desenvolveram na região anteriormente ao início das guerras de dissolução.

3.1. Os primeiros eslavos

A península balcânica como região geográfica abrange uma área bem mais extensa do que a da antiga Iugoslávia, englobando também territórios da Bulgária, da Grécia, da Macedônia do Norte, da parte europeia da Turquia e da Romênia. Os primeiros habitantes conhecidos que se estabeleceram na região foram os ilírios (no oeste da atual Moldávia) e os trácios à leste do mar Adriático, por volta do século V

a.C. Os Bálcãs foram o berço da primeira grande civilização europeia, a dos gregos. Conseqüentemente, a Europa Oriental carrega forte presença cultural helênica em sua formação. Outra civilização que imprimiu sólida influência na constituição dos povos balcânicos, foi a romana (JELAVICH, 1983).

Durante a vigência do Império Romano do Oriente, conhecido como Império Bizantino, a região passou a ser conhecida como Iugoslávia e recebeu as primeiras tribos eslavas por volta do início do século VII na atual Croácia. Em 925 D.C. foi proclamado o primeiro Reino dos Croatas cujos habitantes provinham do território que hoje é a Ucrânia. Esse reino teve curta duração, no entanto, pois foi tomado pelos húngaros. A Eslovênia, por sua vez, não chegou a ser independente nesta época, sendo controlada pelos austríacos. Tanto os eslavos da Croácia quanto os da Eslovênia foram fortemente influenciados pelo Ocidente. Por conseguinte, adotaram o catolicismo, utilizavam o alfabeto latino e eram governados pelos Habsburgo (FERON, 1995; SOARES, 1999).

Concomitantemente, os sérvios construía um império cujo cerne estava no Kosovo. Foram influenciados pelo Oriente, tendo especial proximidade com a Rússia. Tornaram-se cristãos ortodoxos e utilizavam o alfabeto cirílico. A morte do líder Etienne Douchan enfraqueceu o grande império, que se desmantelou diante do domínio Bizantino na metade do século IX e permaneceu sob seu jugo até 1180 quando Stefan Nemanja conseguiu reconquistar a independência (FERON, 1995; SOARES, 1999).

Na parte central dos Bálcãs estabeleceu-se um terceiro grupo de eslavos que formaram a Bósnia, a Herzegovina e Montenegro. A Sérvia influenciou bastante os habitantes de Montenegro; os da Bósnia, no entanto, inicialmente aderiram a um tipo de zoroastrismo, a heresia bogomil. Por apresentarem essa crença distinta da de seus vizinhos balcânicos foram perseguidos por ambos os lados, tanto pelos croatas católicos quanto pelos sérvios ortodoxos. Essa situação se altera com a introdução do Islã pelos turcos otomanos (SOARES, 1999).

O episódio da chegada dos turcos é fundamental para a compreensão da multiplicidade étnica que caracteriza ainda hoje a região dos Bálcãs. Os otomanos não tinham interesse em povoar pessoalmente a região. Dessa forma, para manter seu controle, investiram na conversão da população local ao Islã, o que ocasionou o surgimento dos eslavos muçulmanos, principalmente na região da Bósnia (FERON, 1995).

Os otomanos dividiam o vasto território conquistado com base na fé proclamada pela população local. Cada região administrativa era denominada *millet*. Os principais eram o Ortodoxo, o Gregoriano armênio, o Católico romano e o Judeu. Todos tinham direito de seguir a própria religião. Contudo, elas não eram iguais ao Islamismo em termos de importância. Dessa forma, os cargos superiores da administração só podiam ser ocupados pelos muçulmanos (JELAVICH; JELAVICH, 1977).

A formação inicial dos povos locais também ajuda a compreender a partir de que momento crenças tão distintas passaram a conviver dentro de um mesmo espaço:

[...] the power of Byzantium won the Serbs for the Orthodox rite, while the Croats and Slovenes adhered to Rome. The Ottoman victory at Kosovo Field in 1389 completed the separation, dealing a mortal blow to the crumbling Serbian empire carved out by Stefan Nemanja and his successors over two centuries. Serbia and Bosnia-Herzegovina came under Ottoman sway for half a millennium, leaving the Croatian and Slovene lands under Habsburg rule (BENSON, 2001, p.1)⁵.

Como é possível perceber, os eslavos acabaram divididos com base nas diferentes influências que receberam. Tanto pela proximidade geográfica da região em que estavam inseridos, quanto pelas culturas circundantes e também pelos resultados das guerras de dominação.

Com o declínio do domínio turco-otomano, a Sérvia retomou sua independência. Porém, assumiu novos desafios, uma vez que o Império Austro-Húngaro passou a avançar na região dominando a Bósnia em 1908. Além disso, o país padecia com a luta interna das famílias Obrenovic e Karadjordjevic pelo poder, o que culminou com o assassinato do rei Alexandre (último Obrenovic) e a ascensão de Pedro ao trono. Pedro I fez uma aliança com os croatas contra o Império Austro-Húngaro (SOARES, 1999). Tal união contra o mesmo inimigo pode ser vista como a chama inicial do ideal de unificação dos eslavos do sul.

3.2. As Guerras Balcânicas

⁵ [...] o poder dos Bizantinos ganhou os sérvios para o rito Ortodoxo, enquanto os Croatas e Eslovenos aderiram a Roma. A vitória Otomana na Batalha do Kosovo em 1389 completou a separação, desferindo um golpe mortal no decadente império sérvio esculpido por Stefan Nemanja e seus sucessores ao longo de dois séculos. Sérvia e Bósnia-Herzegovina estiveram sob domínio otomano por meio século, deixando as terras croatas e eslovenas sob o domínio Habsburgo (tradução nossa).

Em 1912 iniciou-se um conflito armado entre os membros da Aliança Balcânica (Sérvia, Montenegro e Bulgária) contra a Turquia. A vitória obtida então com essa aliança foi decisiva para a expulsão definitiva dos turcos-otomanos da área. Contudo, a paz não predominou, pois um novo conflito surgiu entre os vencedores na disputa pelo domínio da Macedônia. Nesta época dois movimentos se fortaleciam na região: o pan-eslavismo (que aspirava a criação da Grande Sérvia, agrupando todos os grupos eslavos em um único Estado) apoiado pela Rússia; e a Tríplice Aliança (acordo de natureza política, militar e econômica) que era apoiada por Alemanha, Áustria e Itália (SOARES, 1999). Apesar da curta duração dos conflitos, a Primeira Guerra Balcânica durou seis semanas e a Segunda Guerra Balcânica (1913) pouco mais de um mês, aproximadamente 200.00 combatentes foram mortos (GLENNY, 2012).

Sobre esse período, Margaret Macmillan comenta que:

[...] era nos Bálcãs que os maiores perigos estavam para surgir: duas guerras entre suas nações, uma em 1912 e a segunda em 1913, quase envolveram as grandes potências. Diplomacia, blefes e ousadia acabaram preservando a paz, mas, embora no momento os europeus não se dessem conta, foi um ensaio para o verão de 1914. Como se costuma dizer no meio teatral, se o ensaio final corre muito bem, a estreia será um desastre (MACMILLAN, 2014, p. 433).

De fato, a aparente conclusão da questão foi apenas um pequeno adiamento do grande conflito que se delineou a partir desses acontecimentos.

3.3. A Primeira Guerra Mundial

O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando é popularmente conhecido como o “estopim” da Primeira Guerra Mundial. Apesar da relevância do fato, no entanto, é necessário compreender que o jogo geopolítico que se desenvolvia na região é o verdadeiro motor por trás dos acontecimentos. Rivalidades que vinham sendo construídas há anos e manobradas por atos diplomáticos finalmente eclodiram em um confronto de tamanhas proporções que surpreendeu até mesmo os mais pessimistas.

Voltando um pouco no tempo, é preciso analisar os acontecimentos que antecederam o conflito para compreender o papel dos Bálcãs nesse episódio. Ao se desmantelar, o Império Turco-Otomano perdeu o domínio de uma ampla gama de

territórios que eram de interesse das potências vizinhas. Havia tensões entre Alemanha, França, Rússia e Inglaterra por partes do Oriente Médio e do norte da África, contudo a rivalidade que acabou por encerrar o período de paz na Europa foi aquela gerada entre a Rússia e o Império Austro-Húngaro. Os Bálcãs eram vitais para os austro-húngaros por representarem uma ligação de seu território com o sul e, conseqüentemente, com Constantinopla e os portos do Mar Egeu. Por isso via com preocupação a expansão da Sérvia e da Bulgária na região. A Rússia, por sua vez, receava que os Estreitos do Império Otomano no Bósforo passassem para o domínio de uma outra potência, o que poderia impedir a passagem de suas exportações e atingir fortemente sua economia. Temiam ainda que seus protegidos eslavos ortodoxos da Sérvia ficassem sob jugo dos austro-húngaros que eram cristãos católicos (MACMILLAN, 2014).

Soares (1999) explica que, além desta situação, havia também o sentimento de revanchismo francês diante da perda da Alsácia-Lorena na Guerra Franco-Prussiana; a *Entente Cordiale*, formada entre França e Inglaterra em 1904, que mais adiante, após adesão da Rússia, tornou-se a Tríplice Entente e causou descontentamento na Alemanha, que considerava tal acordo como uma tentativa de impedir sua expansão como potência mundial. Dessa maneira, estava formado o mosaico que impulsionou a guerra. Na sequência do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando (herdeiro do trono austro-húngaro) pelo rebelde sérvio da organização terrorista Mão Negra, Gavrilo Princip, o Império Austro-Húngaro encontrou um motivo sólido para atacar a Sérvia. Como consequência:

Seguiu-se a imediata ocupação da Sérvia, à qual juntou-se a Bulgária, em outubro de 1915. Mas isto fez com que a Rússia se colocasse ao lado dos eslavos. Em função da Tríplice Aliança, a Alemanha declarou guerra à Rússia (1º/8/1914) e à França (3/8/1914). E, como decorrência da Tríplice Entente, a Inglaterra declarou guerra à Alemanha, à qual também aderiu a França (SOARES, 1999, p. 12).

O poder sérvio foi duramente abalado pela guerra. O país perdeu 40% de suas forças armadas e um quarto do total de sua população. Um governo no exílio foi estabelecido em Corfu e era composto pelo político Pasic e pelo príncipe-regente Alexandre. Logo surgiu o Comitê Iugoslavo em 1915, formado por exilados em Roma e financiado pelo governo sérvio. Tratava-se de uma espécie de porta-voz para o mundo do desejo de unificação dos eslavos do sul. Em 1917, Pasic e Ante Trumbic

(presidente do Comitê Iugoslavo) assinaram a Declaração de Corfu pela criação de uma monarquia constitucional independente de sérvios, croatas e eslovenos sob a dinastia sérvia dos Karadjordjevic. Não ficou claro, porém, se o novo Estado se trataria de um Estado centralizado ou uma federação (BENSON, 2001).

Ao final da guerra, o Império Habsburgo se desmantelou. Áustria e Hungria transformaram-se em repúblicas independentes, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos se tornou realidade e o Império Otomano também deixou de existir. A vitória dos Aliados trazia o seguinte resultado nos Bálcãs: Romênia, Sérvia e Grécia estavam entre os vencedores. A Bulgária e o Império Otomano foram derrotados. O governo albanês se encontrava ocupado por forças estrangeiras desde sua queda no início da guerra (JELAVICH, 1983).

3.4. O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos

A Constituição do reino foi promulgada em 1921, mesmo ano em que o rei Pedro I faleceu e seu filho Alexandre subiu ao trono instituindo uma monarquia parlamentarista. Nikola Pasic, líder do Partido Radical, foi o primeiro ministro de 1921 a 1926 e defendia uma política centralizadora. Os croatas e eslovenos, por sua vez, tentavam conter este anseio e acusavam a constituição de ser favorecedora dos sérvios. Em 1928, um deputado de Montenegro matou dois outros deputados e feriu o líder do Partido Camponês, o que ocasionou o abandono dos representantes croatas do legislativo. Diante do episódio, o rei Alexandre optou por suspender a Constituição e implantar uma ditadura em 1929 (SOARES, 1999).

Conforme o rei prometera, a ditadura foi temporária, durou somente dois anos. Em 1929, o reino foi rebatizado e passou a chamar-se Iugoslávia. Alexandre também decidiu fazer uma reforma administrativa substituindo as 35 pequenas divisões territoriais anteriormente vigentes por 9 regiões maiores. No ano de 1931 uma nova Constituição foi anunciada, reestabelecendo o regime parlamentar. A elaboração da lei eleitoral, no entanto, foi concebida de maneira que eliminava formações croatas e eslovenas. Desenvolvia-se uma clara “*servização*” do regime iugoslavo. Tal situação causou revolta e culminou com o assassinato do rei Alexandre em 1934 na ocasião de sua visita à França. Pedro, o príncipe herdeiro tinha apenas 11 anos, portanto o governo passou às mãos de um regente, seu tio Paulo. Em 1939 tudo parecia resolvido: os croatas restabeleceram seu próprio parlamento em Zagreb, seis croatas

e seis eslovenos passaram a fazer parte do governo em Belgrado, bem como dois representantes das demais comunidades. A paz duraria pouco, no entanto, pois logo eclodiria a Segunda Guerra Mundial (FERON, 1995).

3.5. A Segunda Guerra Mundial

Hobsbawn afirma (1995) afirma que, em comparação com a Primeira Guerra Mundial, a produção de literatura referente às origens da Segunda Guerra é muito menor. Justifica o fato explicando que é consenso entre a grande maioria dos historiadores que Alemanha, Japão e Itália foram os agressores. Os demais Estados participantes o fizeram por necessidade, mas não desejavam o conflito e fizeram o possível para evitá-lo. O autor contextualiza que após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Europa, assim como o Extremo Oriente, ficara bastante instável. Havia insatisfação na Alemanha com os termos do Tratado de Versalhes, considerados injustos, e o Japão e a Itália com seus desejos expansionistas também se sentiam descontentes.

Como é possível perceber, desta vez os Bálcãs não foram um elemento central no delineamento da guerra. Contudo, foram amplamente afetados pelos seus desdobramentos. Inicialmente, a Iugoslávia tentou se manter neutra, mas como explica Hupchick (2002), o país sofria com uma agitação interna entre sérvios e croatas nacionalistas. Diante da situação e temendo a ofensiva de Hitler sobre os Estados criados pós-Versailles, o regente Paulo decidiu se aproximar dos alemães e acabou por aderir ao Eixo em 1941. Todavia, essa atitude trouxe descontentamento entre os nacionalistas antialemães que o destituíram e declararam a maioria do príncipe Pedro II, que se tornou rei e renunciou ao Pacto. Em retaliação, a Iugoslávia foi invadida e caiu em 11 dias. O rei se exilou em Londres.

Feron considera que a repercussão da invasão iugoslava possa ter um significado muito maior do que é possível perceber superficialmente:

A Iugoslávia perdera, portanto, essa guerra relâmpago. É possível se questionar, não obstante, se ela não permitiu, no final das contas, que os aliados ganhassem a Segunda Guerra Mundial. A situação nos Bálcãs, especialmente com a deposição do regente Paulo, obrigou Hitler a retardar em dois meses o ataque contra a URSS, impedindo-o de seguir o calendário que planejava: não teve tempo de dar o golpe decisivo no front Leste antes do inverno. Mas antes da capitulação dos nazistas, restava aos povos da península quatro anos terríveis para viver e morrer (FERON, 1995, p. 26).

Após ser conquistada, a Iugoslávia foi dividida. Alemanha e Itália ficaram com a Eslovênia; Vojvodina foi compartilhada entre a Hungria e os alemães locais; a Bulgária ficou com a maior parte da Macedônia; a outra parte foi para a Itália, bem como o Kosovo, Montenegro, grande parte da Dalmácia e partes da Bósnia; a Croácia propriamente dita, a maior parte da Bósnia, e o restante da Dalmácia se transformaram em um Estado fantoche croata neofascista governado pelos *ustachis* cujo líder era Ante Pavelic; o restante da Sérvia ficou sob domínio militar alemão e o general sérvio Milan Nedic foi escolhido para a função fantoche de líder (HUPCHICK, 2002).

Foi nessa época que surgiu uma figura que seria eternamente lembrada na história da Iugoslávia. O líder do Partido Comunista no país, Josip Broz Tito, defendia a adesão à mesma doutrina russa de 1917 na Iugoslávia. Ele organizou uma resistência à invasão estrangeira no país, contudo seu grupo não era o único a resistir. Dessa forma, uma situação peculiar se desenvolveu na Iugoslávia: ao mesmo tempo em que lutavam pela libertação de sua terra, os iugoslavos lutavam entre si numa guerra civil tripartite representada pelos monarquistas sérvios (*chetniks*), pelos comunistas de Tito (*partisans*) e pelos nacionalistas croatas apoiadores dos nazistas (*ustachis*) (SOARES, 1999).

Ao proclamar-se chefe do primeiro Estado croata, Pavelic deixou apenas uma alternativa aos sérvios que viviam na área dominada: tornarem-se croatas e converterem-se ao catolicismo ou desaparecerem. Os massacres executados pelos *ustachis* foram numerosos e impiedosos. Dados americanos do pós-guerra indicam um número aproximado de 750.000 sérvios assassinados. Dezenas de judeus e ciganos também constam entre as vítimas (FERON, 1995). Os *chetniks*, por sua vez, se reuniam nas montanhas próximas a Belgrado e eram milicianos ex-integrantes do exército iugoslavo. Comandados pelo general Mihailovic, eram fiéis ao rei Pedro exilado em Londres e defensores do velho regime dominado pela Sérvia. Nesta época, o grupo, apesar de nacionalista, não era contrário às demais nacionalidades étnicas da região, portanto não mantinham campos de concentração nem faziam ataques genocidas (ALVES, 2013).

Ao final da disputa, o grupo que conseguiu vencer os nazistas foi o dos *partisans* de Tito. O Partido Comunista da Iugoslávia sob seu comando reunia todas as etnias da região, incluindo sérvios, croatas, bósnios, macedônios e montenegrinos. Contavam com o apoio político da União Soviética, mas não tanto com suporte militar,

uma vez que esta também se encontrava envolvida no conflito. Do mesmo modo que os *chetniks*, os *partisans* se concentravam nas montanhas. Porém, utilizavam técnicas de guerrilha não familiares aos soldados invasores, o que lhes conferiu importante vantagem. Além de sua bravura, foram bastante disciplinados na organização das terras libertadas, criando comitês camponeses locais que ficaram com a incumbência de manter a administração e a ordem dos territórios (ALVES, 2013).

A bem sucedida campanha pela libertação rendeu a Tito o apoio necessário para controlar a Iugoslávia do pós-guerra. Hupchick (2002, p. 402) ressalta que “A flexibilidade ideológica a respeito do nacionalismo, reforçada pela organização política com raízes fortes, garantiram aos *partisans* comunistas de Tito a vitória política (tradução nossa)”⁶. Em 1943, um Comitê Nacional foi estabelecido como alternativa para o governo iugoslavo. O comando ficava nas mãos de Tito que foi intitulado marechal e adotou para o país o lema “Fraternidade e Unidade”. Em 1945, o marechal aprovou uma lei de sufrágio universal e conseguiu através da votação chamar uma assembleia constituinte. Como resultado, a assembleia foi aprovada e aboliu a monarquia iugoslava, proclamando a República Socialista Federativa da Iugoslávia (HUPCHICK, 2002).

3.6. A Iugoslávia socialista de Tito

O novo país constituiu-se da seguinte forma:

Assim, o Estado Jugoslavo era multinacional e era reconhecida oficialmente a distinção entre cidadania (jugoslava) e nacionalidade (sérvia, croata, húngara, albanesa, etc.). Para garantir direitos iguais a todas as nacionalidades e um território às principais destas, o Estado foi organizado da forma federal, compreendendo tantas Repúblicas como povos eslavos do Sul existiam no seu território (Eslovênia, Croácia, Sérvia, Montenegro, Macedônia e Bósnia). A Bósnia foi então reconhecida como República, devido ao grande número de muçulmanos nela existentes, ainda que só em 1969 viessem a ser reconhecidos como nacionalidade. Por outro lado, as duas principais minorias não eslavas foram incorporadas em duas províncias autônomas, o Kosovo (de maioria albanesa) e a Voivodina (com uma forte minoria húngara, para além de outras). Estas duas províncias autônomas ficavam porém na dependência da Sérvia (GONÇALVES, 2011, p. 135).

⁶ No original: “Ideological flexibility regarding nationalism, reinforced by a strong grassroots political organization, guaranteed Tito’s Communist partisans political victory”.

Tais divisões fizeram-se necessárias para que os problemas de representação surgidos durante o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos não viessem a se repetir, especialmente no que concerne ao poder dominante da Sérvia.

O estabelecimento de um governo socialista alterou profundamente as bases econômicas e sociais da Iugoslávia. Apesar da inspiração no modelo adotado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o processo de socialização iugoslavo foi distinto. Ao passo que o modelo soviético passou os meios de produção para grandes propriedades em mãos estatais, o modelo iugoslavo centrou-se na propriedade social, ou seja, os meios de produção e de trabalho não eram pertencentes ao Estado nem aos indivíduos e sim aos trabalhadores associados em cooperativas. Este sistema econômico ficou conhecido como autogestão e contava com a participação dos trabalhadores na direção das fábricas, dos hospitais e etc. (SOARES, 1999).

Desentendimentos entre Iugoslávia e URSS se complicaram a ponto de a Cominform expulsar a Iugoslávia em 1948. Consequentemente, ela não fez parte da Comecon nem do Pacto de Varsóvia que surgiram posteriormente. Este episódio, em plena Guerra Fria, levou os ocidentais a apoiarem Tito, financeiramente inclusive, como um auxílio dado pelos Estados Unidos para que o país se reerguesse das dificuldades originadas pela guerra (ALVES, 2013).

Politicamente, a Iugoslávia estava organizada da seguinte forma: cada república possuía um Partido Comunista (PC) próprio. O papel do PC federal (mais adiante Liga dos Comunistas) era fazer a ligação entre todos. À Tito coube regular os acontecimentos e intervir sempre que considerasse necessário, permitindo autonomia às repúblicas e regiões autônomas (GONÇALVES, 2011). Pode-se considerar que:

A Constituição de 1974 foi pródiga em estabelecer uma substancial diminuição das funções a cargo da federação, dando o máximo de importância às repúblicas e províncias, buscando assegurar, em cada uma delas, a preservação dos valores culturais, do idioma, do alfabeto, etc. Um mercado comum assegurava a circulação de mercadorias e serviços (SOARES, 1995, p. 28).

Tais medidas foram fundamentais para a manutenção da unidade estatal, uma vez que havia representatividade e reconhecimento pelas diferenças históricas que caracterizam a região. Tito soube trabalhar bem com uma questão tão delicada que posteriormente à sua morte tornou-se um grave problema, como será explicado mais adiante:

Essa construção é coroada de forma surrealista pela presidência colegial do Estado (o mesmo sistema aplica-se à presidência da Liga dos Comunistas). Esse organismo compreende oito membros: um por República e por Província autônoma. O presidente dessa presidência coletiva muda todos os anos para que um representante de cada uma das nações e nacionalidades possa exercer alternadamente as funções de Chefe de Estado. Numa primeira fase – 1974-1980 – o maior inconveniente do sistema foi corrigido pela exceção: Tito, o marechal, era presidente vitalício. Mas morreu. E como todos podiam prever, esse acontecimento inevitável acabou dando a cada um dos componentes da Iugoslávia uma noção cada vez mais aguda de suas singularidades (FERON, 1995, p. 43-44)

Outro ponto importante a ser citado foi a participação chave da Iugoslávia no Movimento dos Países Não-Alinhados, criado em 1961 sob a liderança de Tito, do primeiro-ministro Nehru da Índia, do presidente egípcio Nasser e do presidente indonésio Sukharno. O objetivo do Movimento era manter um distanciamento dos dois grandes blocos no conflito Leste-Oeste da Guerra Fria, liderados por Estados Unidos e União Soviética. Não se tratava, porém, de uma abstenção. Os países estavam presentes nas negociações internacionais, mas procuravam colocar-se como uma terceira via que não se associava automaticamente a nenhum dos lados (SOARES, 1999).

Durante os anos em que permaneceu no governo, Tito desenvolveu uma política de defesa a nível internacional voltada para impedir uma invasão soviética e a nível doméstico centrada em expurgar o surgimento de quaisquer traços de nacionalismo que pudessem prejudicar a unidade da federação. Houve tentativas de insurgência do nacionalismo croata na década de 1970, mas o marechal conseguiu evitar maiores problemas fazendo uso de medidas repressivas como tropas e polícia secreta. A já citada Constituição de 1974 que criava a presidência tripartite e trazia maior representatividade ajudou a acalmar os ânimos (FINLAN, 2004).

O ano de 1980 se inicia com um forte golpe para os iugoslavos. O marechal Tito falece no dia 4 de maio e a perda do líder ocasionou iminentes dificuldades na administração do país; além disso, a década trouxe séria instabilidade financeira para a Iugoslávia. Como consequência de tais fragilidades, as diferenças étnicas e religiosas que o marechal conseguira com mão de ferro conter, inflamaram-se. A soma desses fatores aliada aos planos de criação da “Grande Sérvia” alimentados pelo presidente Milošević serviram como base para a ruína da federação como se veria nos anos seguintes (FERON, 1995).

3.7. O caminho para o fim

Até este momento, pudemos perceber o percurso que levou a federação às portas da guerra no início da década de 1990. A história da formação iugoslava é extremamente rica e complexa. Desde a ocupação dos ilírios e dos trácios e da chegada das primeiras tribos eslavas, a localidade é marcada por guerras de dominação que foram aos poucos alterando e mesclando as identidades locais.

Possivelmente, um dos elementos mais importantes dentro destas divisões seja notadamente a influência Ocidente/Oriente que levou Eslovênia e Croácia a ligarem-se política e culturalmente com o lado Habsburgo e, como consequência, a adotarem a religião católica e o alfabeto latino; e a Sérvia a ligar-se com a Rússia, adotando a religião ortodoxa e o alfabeto cirílico. Além disso, a Bósnia representando um terceiro grupo, ligou-se ao islamismo, complexificando mais a já intrincada estrutura da região. Os líderes nacionalistas que surgiram posteriormente trabalharam com a representatividade dessas diferenças ao insuflar o povo em seus discursos.

A questão da queda dos impérios Austro-Húngaro e Turco-Otomano também favoreceu o aumento das tensões ao deixar vácuos de poder que logo instigaram as potências ocidentais e orientais a buscarem firmar suas zonas de influência. Não foi por acaso que a Primeira Guerra Mundial se iniciou justamente na Sérvia, um ponto de contato entre os “dois mundos”.

É possível, ainda, refletir na história mais recente dos Bálcãs sobre a influência de um grande líder e o mérito que o Marechal Tito teve em perceber que o nacionalismo poderia vir a ser a ruína da Iugoslávia, trabalhando, portanto, de maneira a dar autonomia aos diferentes povos e ao mesmo tempo impedir que dissidências ganhassem força.

Essa união, porém, tinha contornos de certa artificialidade, uma vez que os séculos anteriores mostraram o quanto a questão étnica é um ponto nevrálgico na política balcânica. Após a morte de Tito, o presidente vitalício, a presidência tripartite mostrou-se incapaz de atender a todas as demandas, dando lugar para que os nacionalismos se reacendessem. Cada conjuntura histórica, todavia, tem seus próprios elementos. Dessa forma, não se pode afirmar que o mesmo nacionalismo que moveu Gavrilo Princip, alimentou também os sérvios durante as guerras de dissolução, outras questões precisam ser consideradas como foi destacado no capítulo explicativo das novas guerras.

4. A GUERRA DA BÓSNIA E O MASSACRE DE SREBENICA

O genocídio de Srebrenica é um capítulo da guerra da Bósnia que, por sua vez, faz parte das guerras de dissolução iugoslavas. Posto que anteriormente identificamos os acontecimentos que se sucederam na região até o final da década de 1980, neste capítulo explicaremos a trajetória do início da guerra até a ocorrência do genocídio, bem como as tentativas de negociação para dar um fim ao conflito.

O colapso da federação a partir de 1990 foi consequência de um processo de desgaste que foi minando a unidade iugoslava durante praticamente uma década. Nas palavras de Alves (2013, p. 95) “a Iugoslávia não deixou de existir de um só golpe. Sua agonia durou anos, de amputações sem anestesia, recheados de incidentes tenebrosos. [...] cobertos pelos meios de comunicação”. Além disso, o final da experiência do comunismo europeu e o fim da Guerra Fria trouxeram instabilidade e incerteza para os Bálcãs, facilitando o surgimento de nacionalismos nas repúblicas que formavam o país (MCQUEEN, 2005).

Após a morte de Tito, em 1980, a ausência da figura do presidente vitalício levou à aplicação da constituição na prática, de fato, com a rotatividade dos presidentes. Além disso, a crise econômica que se aprofundava e as tensões nacionalistas cada vez mais aparentes foram criando uma base forte para que a população de cada país ficasse descontente com vários aspectos da gestão da Iugoslávia, especialmente o econômico:

The less developed republics complained that the federation was not doing enough for them and noted that payments from the more developed republics were frequently late, sometimes by as much as a year and a half. The more developed republics in turn claimed that their own growth was being slowed by the necessity of providing support to the less developed republics, and complained that these funds were often ill-spent (RAMET, 2005, p. 56)⁷

Neste contexto, é importante destacar o papel da *intelligentsia* sérvia. Em 1986, foi publicado um trabalho da Academia Sérvia de Ciências acusando Tito de preconceito contra os sérvios e denunciando a constituição de 1974 como antissérvia por dar

⁷ As repúblicas menos desenvolvidas reclamavam que a federação não estava fazendo o suficiente por elas e observavam que os pagamentos das repúblicas mais desenvolvidas estavam frequentemente atrasados, às vezes por mais de um ano e meio. As repúblicas mais desenvolvidas, por sua vez, alegavam que seu próprio crescimento era retardado pela necessidade de dar apoio às repúblicas menos desenvolvidas e reclamavam que esses fundos eram, com frequência, mal utilizados.

autonomia para as regiões, controladas por seu território, do Kosovo e da Voivodina. Esses fatores foram diretamente associados como causadores dos problemas econômicos que a Sérvia vinha enfrentando e a sugestão oferecida para que se resolvessem as dificuldades era a criação da “Grande Sérvia”. Como uma reação às acusações dos sérvios e ao crescimento de sua presença na política e na polícia da província, o nacionalismo entre os kosovares de origem albanesa no Kosovo ficava cada vez mais evidente (FINLAN, 2004).

A instabilidade crescente na questão do Kosovo foi fundamental no crescimento da influência de Slobodan Milošević, líder da Liga Comunista da Sérvia desde maio de 1986. Sua declaração de apoio aos sérvios em frente a uma multidão e à mídia em viagem ao Kosovo no final da década de 1980 foi crucial para o avanço dos ideais nacionalistas na região. Em 1989 (pela rotatividade, tornara-se presidente da Iugoslávia no ano anterior), conseguiu anular a autonomia do Kosovo e abafar, através da força, os protestos dos kosovares albaneses. Suas atitudes serviram como alerta para os outros países da federação, que ficaram receosos pela própria autonomia (FINLAN, 2004). Houve também outros líderes locais que, ao perceberem o quanto a propaganda do orgulho nacional poderia gerar poder, passaram a fazer uma promoção demagógica dos valores comunitários em detrimento das vinculações constitucionais, acusando os sérvios de se aproveitarem da federação como instrumento para dominar os demais países (ALVES, 2013).

Em 1987, os liberais eslovenos passaram a exigir pluralismo político no país. Milan Kučan, o presidente da Liga dos Comunistas da Eslovênia, concedeu apoio aos reformistas e, dessa forma, a existência de diversos partidos políticos foi legalizada pela Assembleia eslovena dois anos depois. A Croácia seguiu uma trajetória similar e, mesmo antes da legalização, novos partidos já podiam ser encontrados na república, como a União Democrática Croata (HDZ) de Franjo Tuđman. A situação foi legalizada em 1990 e ambos os países passaram a organizar eleições livres (ALVES, 2013).

Alves (2013) explica que a formação partidária se deu de maneira distinta entre os países da federação. Enquanto Eslovênia e Croácia basearam-se no nacionalismo republicano, a Bósnia, com sua pluralidade étnica, formou partidos assentados nas nacionalidades. Foram eles: o Partido da Ação Democrática (SDA), representante dos muçulmanos; o Partido Democrata Sérvio (SDS), cujo líder era Radovan Karadžić; a União Democrática Croata (HDZ), fortemente ligada ao partido de mesmo nome de

Zagreb, liderado por Franjo Tuđman, e o Partido Social-Democrata (SDP), egresso da Liga dos Comunistas, comandado por Zlatko Lagumdžija e que não era ligado a nenhuma nacionalidade específica, defendendo uma Bósnia secular.

Na Croácia, o eleito foi o nacionalista Franjo Tuđman; na Sérvia, Slobodan Milošević; na Eslovênia, o reformista Milan Kučan; na Bósnia, Alija Izetbegović; na Macedônia, Kiro Gligorov, e em Montenegro, Momir Bulatović. A lista de vencedores das eleições de 1990 trouxe alguns nomes que seriam importantes no decorrer da guerra que eclodiria no ano seguinte (FINTAN, 2004).

O primeiro passo para o fim da Federação da Iugoslávia ocorreu no Congresso realizado pela Liga dos Comunistas da Iugoslávia em 1990 (que seria o último). Na ocasião, os eslovenos propuseram a independência das repúblicas, o que foi prontamente rejeitado, levando-os a abandonarem o local, no que foram seguidos pelos croatas (ALVES, 2013). No final do mesmo ano, a Eslovênia realizou um plebiscito que foi vencido majoritariamente pela população que desejava a independência. Em maio de 1991, o mesmo ocorreu na Croácia. A data escolhida pelos dois países para o desligamento foi 25 de junho de 1991. A Sérvia advertiu as repúblicas para que não levassem o plano adiante, mas não foi atendida. No dia previsto, ambas se declararam independentes e, por serem as nações mais ricas e próximas do ocidente na federação iugoslava, não demoraram a receber apoio do lado europeu ocidental (SOARES, 1999).

Os primeiros conflitos da guerra de dissolução estavam iniciados. A Croácia apresentava uma população de aproximadamente 600.000 sérvios em seu território, que não concordaram com a secessão. Milošević aproveitou esse argumento para atacar as repúblicas insurgentes (SOARES, 1999). O conflito na Eslovênia durou dez dias, de 27 de junho a 7 de julho de 1990. Encerrou-se com uma declaração comum de cessar-fogo adotada pelas partes com o apoio da Comunidade Econômica Europeia (FERON, 1995). Na Croácia, com maior população sérvia em seu território do que a Eslovênia, o conflito foi de duração um pouco mais longa, estendendo-se por seis meses, finalizando com a assinatura de um acordo de suspensão das hostilidades em 3 de janeiro de 1992 (ALVES, 2013).

Seguindo o caminho das repúblicas vizinhas, a Bósnia-Herzegovina realizou um plebiscito em março de 1992 propondo a independência. Dentre os votantes, 99,4% foram favoráveis à separação do país da Iugoslávia. No entanto, a situação na Bósnia era muito mais delicada do que nas outras repúblicas secessionistas. É

importante destacar que, em seu território, o país contava com uma diversidade étnica muito mais ampla. De seus 4,5 milhões de habitantes na época, 43,7% eram muçulmanos, 32% sérvios (em sua maioria cristãos ortodoxos) e 17,4% croatas (em sua maioria católicos romanos). Dessa forma, a independência foi aprovada pela população que votou, porém mais de 35% dos cidadãos se abstiveram de votar, preponderantemente os sérvios. Em vista disso, no quadro geral, muçulmanos e croatas apoiavam a independência e os sérvios se opunham veementemente (SOARES, 1999). Esse episódio causou ondas de revolta e violência. Foram os primeiros sinais de que a situação se complicaria no país.

Como resposta ao plebiscito, após um mês do início das tensões os sérvios anunciaram a criação de uma república própria, independente, dentro do território da Bósnia, no que foram prontamente apoiados pela Sérvia. Denominaram a região de República Sérvia da Bósnia-Herzegovina (República Sprska), elegeram Pale como sua capital, criaram um Parlamento e formaram o Exército Sérvio da Bósnia (BSA). A Sérvia tinha um interesse estratégico nessa região da Bósnia, pois 85% das reservas de minério de ferro, 40% das de carvão e 100% das de zinco, chumbo, bauxita e magnésio que pertenciam à Iugoslávia localizavam-se ali (SOARES, 1999).

A aceitação da independência da Bósnia não foi imediata. A Alemanha foi o único Estado europeu que aceitou prontamente a declaração; os demais estavam hesitantes. Os EUA tinham motivos para temer o resultado desta atitude, uma vez que seu embaixador em Belgrado havia feito um alerta quanto à possível gravidade de um conflito iminente. No início de 1992, mais uma república declarou-se independente, a Macedônia, porém o fato se deu sem conflitos. Em 6 de abril, a Comunidade Europeia, persuadida pelo Ministro do Exterior da Alemanha, Hans Dietrich-Genscher, reconheceu a independência da Bósnia, acreditando que isso evitaria a deflagração de uma guerra. No mesmo dia, os sérvios iniciaram ataques a Sarajevo (ALVES, 2013).

Sérvia e Montenegro, os países restantes, se uniram e formaram a República Federal da Iugoslávia. A Sérvia prosseguiu em seu objetivo de anexar os territórios da Croácia e da Bósnia, cuja população era majoritariamente sérvia. Neste mesmo período, milícias sérvias cercaram cidades bósnias (inclusive a capital Sarajevo, cujo cerco se estenderia por praticamente todo o período da guerra) (MCQUEEN, 2005).

A respeito da nova configuração do território da antiga Iugoslávia, Calvocoressi explica:

Havia agora vários Estados no que tinha sido a Iugoslávia, e dois deles estavam em guerra um com outro: a Bósnia-Herzegovina e a nova e reduzida Federação Iugoslava. O que havia sido uma guerra civil na Iugoslávia se convertera em uma guerra entre dois Estados soberanos, membros da ONU, e o Conselho de Segurança poderia ter apontado a Sérvia como agressora (CALVOCORESSI, 2011, p. 277).

A preocupação da comunidade internacional em não tomar lados no confronto pode ter dificultado a percepção da gravidade do novo conflito que se iniciava nos Bálcãs naquele momento, conseqüentemente levando a um erro no planejamento de um plano de ação adequado para encerrá-lo. A Guerra na Bósnia-Herzegovina durou de 6 de abril de 1992 até 12 de outubro de 1995. O número de mortos no conflito foi entre 100.000 e 260.000 pessoas. Além disso, cerca de um terço da população precisou sair de suas casas.

4.1. As partes envolvidas no conflito

Conforme exposto no capítulo explicativo sobre as Novas Guerras, a Guerra da Bósnia contou não apenas com as forças militares dos países beligerantes, mas também com um alto número de envolvidos entre grupos paramilitares e civis. Mary Kaldor (2012) enfatiza que a Iugoslávia ficava atrás apenas da União Soviética como país mais militarizado da Europa. O investimento em defesa iugoslavo girava em torno de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O Exército Popular Iugoslavo (JNA) contava com elevado número de pessoal e armamentos. Além disso, cada república era responsável por organizar uma Força de Defesa Territorial (TO). Gonçalves (2011) explica que essas forças, dentro do princípio da Autogestão, eram compostas pelos cidadãos das Comunas e Repúblicas, não sendo, portanto, responsabilidade do poder central. Deve-se muito a essa característica descentralizada o fato de que, após a secessão das repúblicas, tais forças passaram a defender o próprio território, ficando contra as forças oficiais do JNA.

A desintegração da Iugoslávia levou o JNA e as TOs a se fragmentarem em diversas unidades de forças regulares (os exércitos das novas repúblicas independentes) e irregulares (forças paramilitares formadas por voluntários, criminosos, mercenários) todos competindo pelo espólio do antigo complexo militar iugoslavo. No início da guerra, os três principais atores eram os sérvio-bósnios, os

croatas-bósnios e os bosníacos (bósnios muçulmanos). Porém, diferentes alianças foram formadas conforme se agravavam as hostilidades (KALDOR, 2012).

A princípio, bosníacos e croatas-bósnios se uniram contra os sérvio-bósnios. A proposta do Plano Vance Owen, em 1993, no entanto, mudou esse equilíbrio, colocando muçulmanos e croatas uns contra os outros, pois a orientação para um acordo era de que a Bósnia fosse dividida em cantões conforme as etnias presentes. Todavia, os croatas-bósnios não concordaram com a ideia. Somente após a assinatura do Acordo de Washington ambos voltaram a cooperar mutuamente. Ao final da guerra, três forças regulares lutavam no conflito: o Exército Sérvio-Bósnio (BSA), o Conselho de Defesa Croata (HVO) e o Exército da Bósnia-Herzegovina (ABiH) (KALDOR, 2012).

A formação dos novos exércitos regulares ocorreu de maneira progressiva, a partir dos partidos e das forças paramilitares existentes nas repúblicas (mesmo antes de sua independência) e por organização social. O BSA teve grande parte de sua formação oriunda de antigos soldados do JNA, de quem também herdou o armamento; conseqüentemente, era o de melhor preparo bélico entre os três exércitos. O HVO (formado pelos croatas-bósnios e atuante no território da Bósnia) se originou de uma milícia ligada ao HDZ e ao Exército Croata (HV). Recebia armamento oriundo da Croácia e se utilizava do mercado negro de armamentos de antigos membros do Pacto de Varsóvia. O exército da Bósnia, por sua vez, não contava com uma estrutura prévia e foi organizado entre as ligas patrióticas e organizações paramilitares locais. Era o que sofria com maior deficiência de equipamentos e dependia das rotas croatas para aquisição de seu armamento (KALDOR, 2012).

Por fim, os principais tipos de forças irregulares eram: organizações paramilitares, grupos mercenários estrangeiros e a polícia local, que contava com voluntários civis. De acordo com relatório das Nações Unidas, havia oitenta e três grupos paramilitares identificados (56 sérvios, 13 croatas e 14 bosníacos) (KALDOR, 2012).

4.2. Negociações de paz

Muitas foram as tentativas frustradas de dar fim ao conflito. No período de 1992 a 1994, a ONU, a Comunidade Europeia e o Grupo de Contato (formado por Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha e França) apresentaram diversas propostas

de divisão da Bósnia entre sérvios, muçulmanos e croatas visando evitar a extinção da entidade bosniana. Os lados concordavam com a ideia da divisão, mas sempre discordavam na forma como ela deveria ser feita (CALVOCORESSI, 2011).

Grande parte dos esforços ficou por conta da Conferência Internacional para a Antiga Iugoslávia realizada em 1992, uma iniciativa conjunta da ONU com a Comunidade Europeia, presidida em conjunto por Cyrus Vance, representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, e por David Owen, representante do presidente da Comunidade Europeia. Após deliberações, a Conferência chegou ao entendimento de que um plano para finalizar o conflito não poderia se constituir de uma divisão territorial distinta entre as três principais nacionalidades da Bósnia (muçulmana, sérvia e croata), pois tal solução exigiria uma transferência populacional forçada e inviável. Além disso, também se considerou que uma confederação não traria estabilidade, pois abriria espaço para que as repúblicas se aliassem a países vizinhos retomando as hostilidades. Por fim, um Estado centralizado não seria uma opção pois os grupos em conflito não teriam suas necessidades protegidas dessa forma. Um Estado descentralizado, portanto, seria a solução mais apropriada. Tal proposta ficou conhecida como Plano Vance-Owen (UNITED NATIONS, 1999).

O Plano Vance-Owen era formado por três segmentos: o estabelecimento de um Estado descentralizado da Bósnia-Herzegovina através de um conjunto de princípios constitucionais, um cessar-fogo e a divisão do país em 10 províncias (Figura 1):

The 10 provinces were drawn largely to reflect the areas in which the three communities had lived before the war, this substantially reversing the process of “ethnic cleansing”. Each community would have constituted a majority in three provinces, with Sarajevo, the tenth province, having no majority. None of the communities would have had a compact territory, and the Serbs would have been divided into five unconnected areas, effectively ending their hopes of seceding from Bosnia and Herzegovina (UNITED NATIONS, 1999)⁸.

Contudo, para os sérvios, a quinta província seria majoritariamente bosníaca, incluído Žepa e Srebrenica, além de outros territórios que haviam recentemente passado pelo

⁸ As 10 províncias foram escolhidas em grande parte para refletir as áreas em que as três comunidades viviam antes da guerra, revertendo substancialmente o processo de “limpeza étnica”. Cada comunidade teria constituído a maioria em três províncias, com Sarajevo, a décima província, sem maioria. Nenhuma das comunidades teria um território compacto e os sérvios teriam sido divididos em cinco áreas não conectadas, efetivamente acabando com suas esperanças de se separar da Bósnia e Herzegovina (tradução nossa).

processo de limpeza étnica. Houve aceitação imediata dos croatas ao plano; os outros dois grupos, porém, o recusaram. Mais adiante, após algumas modificações, os bosníacos também assinaram o plano. Os sérvios, por sua vez, nunca o aprovaram (UNITED NATIONS, 1999).

Figura 1. Plano Vance Owen



Fonte: Fonte: FINLAN, Alastair. The collapse of Yugoslavia – 1991- 1999. Oxford: Osprey Publishing, 2004

A situação na Bósnia só chegou a uma solução no final de 1995. Em novembro, na Base Aérea Wright-Patterson em Dayton, Ohio, o presidente estadunidense Bill Clinton promoveu uma reunião onde ficaram acordados os pontos para o encerramento da guerra. A solução encontrada após três anos e 8 meses de conflito foi a criação de um único Estado, a Bósnia, dividido em duas entidades, ficando 51%

do território aos muçulmanos e croatas e 49% do território aos sérvios (conforme mapa na Figura 2). A assinatura final do acordo ocorreu na França, em encontro promovido pelo presidente Jacques Chirac, contando com a presença dos líderes da OTAN, dos presidentes Alija Izetbegović (Bósnia), Slobodan Milošević (Sérvia) e Franjo Tuđman (Croácia). Os pontos estabelecidos foram: a divisão do país entre os principais grupos étnicos; a existência de um único presidente, eleito livremente sob supervisão internacional; o direito dos refugiados de circular livremente por todas as áreas; a supervisão dos direitos humanos por uma comissão internacional; a manutenção da unidade de Sarajevo e a preservação de seu status como capital do país; a proibição de cargos públicos para acusados de crimes de guerra e seu julgamento pelo Tribunal de Haia; e a presença de uma força internacional para supervisionar o acordo e garantir seu cumprimento (SOARES, 1999).

Quanto aos aspectos da divisão da Bósnia, Alves comenta que:

se trata de uma criação sem precedente no Direito Constitucional, na Teoria Geral do Estado, ou na Ciência Política [...] Os Acordos de Dayton, para conseguir acabar com as hostilidades, formaram a Bósnia e Herzegovina como um Estado plurinacional, de sistema republicano (não monárquico) e democrático (com representantes eleitos por voto popular), num regime intermediário entre parlamentarismo e presidencialismo, sem qualificação nominal como “república”, “federação”, “confederação” ou qualquer outra. O Estado é composto de duas “Entidades” e três “Povos Constitutivos”. As entidades são as duas principais formações políticas criadas no decorrer da guerra: a República *Srpska* e a Federação da Bósnia e Herzegovina, enquanto os “Povos Constitutivos” são as três nacionalidades étnicas majoritárias que há séculos vivem nas terras do país: sérvios, croatas e “muçulmanos”, estes hoje autodenominados “bosníacos”. Não existe, portanto, uma nacionalidade bósnia que abranja todos os cidadãos (ALVES, 2013, p. 128-9).

Após o fim da guerra, o mapa europeu contava com 6 novos países: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Iugoslávia (agora formada apenas por Sérvia e Montenegro) e Macedônia. A figura 3 indica a evolução das fronteiras desde o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos até essa formação.

Figura 2. Divisão da Bósnia após os acordos de Dayton



Fonte: FINLAN, Alastair. *The collapse of Yugoslavia – 1991- 1999*. Oxford: Osprey Publishing, 2004

Figura 3. Evolução das fronteiras da Iugoslávia (1919-1992)



Fonte: Encyclopaedia Britannica, Inc. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Yugoslavia-former-federated-nation-1929-2003>

4.3. O genocídio

O Exército Sérvio-Bósnio (BSA) tomou a área segura de Srebrenica, majoritariamente ocupada por bósnios-muçulmanos, desconsiderando as decisões do Conselho de Segurança e desrespeitando o batalhão pacificador da UNPROFOR que se encontrava fazendo a segurança do local. Neste tópico, buscamos explicar como era a constituição e o mandato dessa missão de paz e como se desencadearam os acontecimentos no enclave até a ocorrência dos assassinatos em massa em julho de 1995.

4.3.1. A Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR)

Diante da observação do crescimento da animosidade na Iugoslávia, a primeira medida das Nações Unidas foi a implementação de um embargo na entrega de armas e equipamentos militares para o país em setembro de 1991 (resolução 713). O então Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, nomeou Cyrus Vance como seu Enviado Especial para contatar as partes do conflito e verificar a possibilidade de um desfecho. A conclusão a que se chegou após análise dos acontecimentos foi a de que a melhor forma que as Nações Unidas teriam de contribuir no local seria a criação de uma operação de paz que estabilizasse a região e encaminhasse as condições adequadas para a negociação de um acordo de paz. Em 23 de novembro de 1991

houve a assinatura de um cessar-fogo que foi prontamente desobedecido. Em dezembro, o plano de montagem da operação de paz foi aprovado e um pequeno grupo de oficiais militares, policiais civis e membros do secretariado da ONU foram encarregados de viajar para a Iugoslávia e preparar a implementação (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA, 1996).

Em janeiro de 1992 houve a assinatura de um novo acordo de paz para cessar as hostilidades na Croácia. Neste momento, Boutros-Ghali havia acabado de ser eleito como o novo Secretário-Geral e enviou 50 militares para a Iugoslávia com o objetivo de supervisionar o cumprimento dos acordos de cessar-fogo. No mês seguinte, o Secretário-Geral recomendou ao Conselho de Segurança o pronto estabelecimento da Força de Proteção das Nações Unidas (doravante UNPROFOR). É importante destacarmos que uma das principais condições para a implementação de uma operação de paz é que todas as partes envolvidas estejam de acordo. Neste caso, não havia tal unanimidade. Alguns grupos políticos eram contrários a essa ação. A justificativa que Boutros Boutros-Ghali ofereceu para apoiar o início da operação nessas condições era de que qualquer atraso poderia causar o rompimento do cessar-fogo e novas agitações. À vista disso, em 21 de fevereiro, pela resolução 743, o Conselho de Segurança decidiu estabelecer a UNPROFOR por um período inicial de 12 meses (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA, 1996).

O objetivo da força era ser “um acordo provisório para criar as condições de paz e segurança necessárias à negociação de uma resolução geral da crise iugoslava no âmbito da Conferência da Comunidade Europeia sobre a Iugoslávia”⁹ (NAÇÕES UNIDAS, 1999, p. 20, tradução nossa). A sede da missão nesse primeiro momento foi situada em Sarajevo que era considerada uma cidade neutra. Acreditava-se que dessa forma a missão ficaria mais imparcial e poderia trazer estabilidade também para a Bósnia. Essa alternativa, porém, mostrou-se ineficiente devido a questões de logística. Assim, a sede foi transferida para Zagreb, na Croácia. Inicialmente, previa-se que os observadores militares patrulhassem áreas da Bósnia apenas após a desmilitarização da Croácia (que acabou não ocorrendo). Nenhum outro encargo estava previsto no território bósnio, situação que só mudou em junho de 1992. A UNPROFOR, portanto, foi originalmente pensada para operar na Croácia. Seus

⁹ No original: an interim arrangement to create the conditions of peace and security required for the negotiation of an overall settlement of the Yugoslav crisis within the framework of the European Community's Conference on Yugoslavia.

objetivos principais no país eram: a retirada do Exército Popular Iugoslavo (JNA) de todo o território croata, a desmilitarização das Áreas Protegidas das Nações Unidas (UNPAs), bem como a manutenção da existência de autoridades e polícia locais e a busca de uma solução para a crise. (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA, 1996).

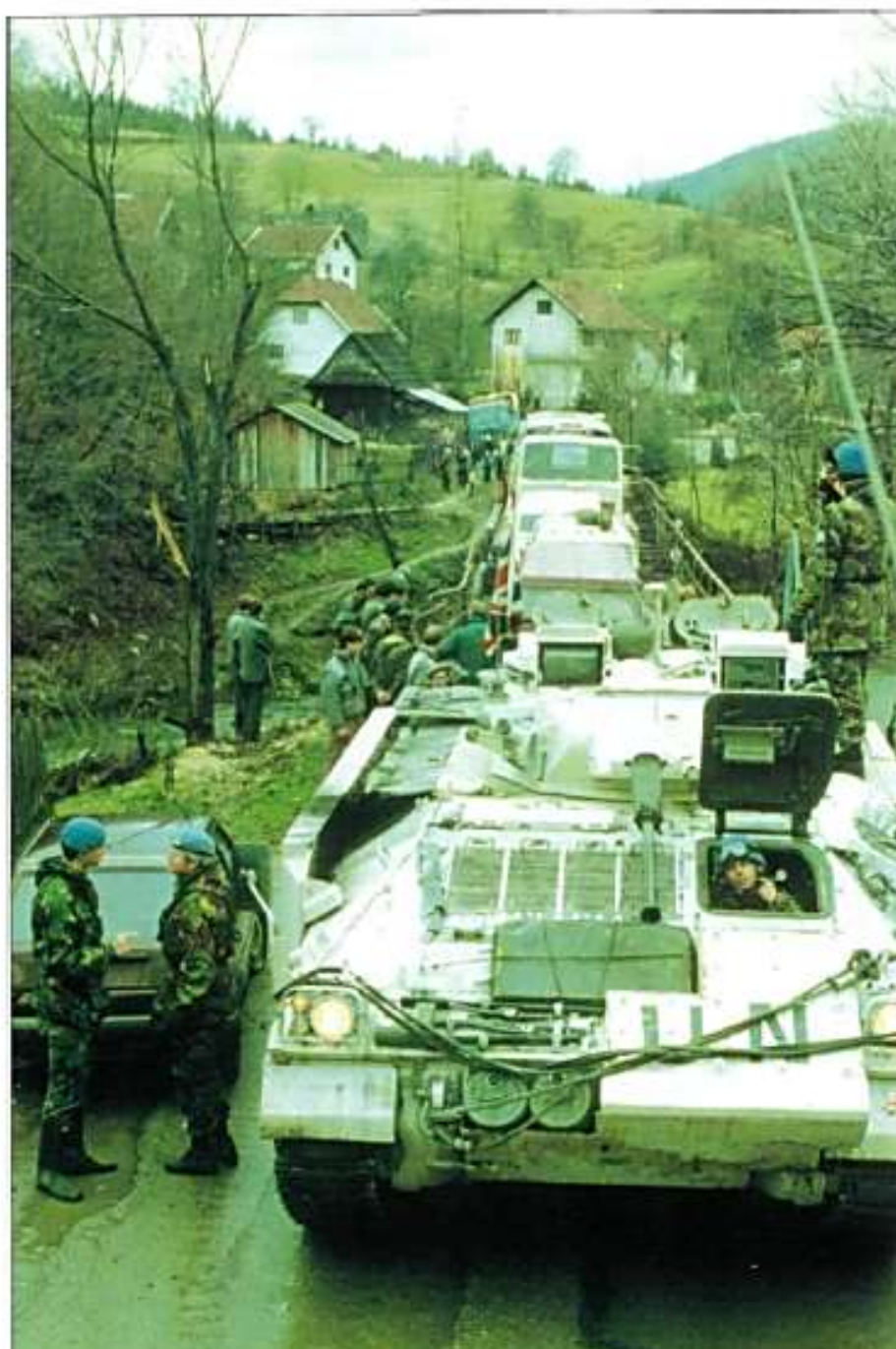
O efetivo inicial da UNPROFOR, na Croácia, constava de 14.000 homens, 12 batalhões com força total de 10.400, pessoal de 2.480 em logística e apoio, 100 observadores militares e 530 funcionários políticos. Esses números a tornavam a maior operação desde o Congo na década de 1960. Após a chegada da missão na Bósnia, o número de participantes chegou a 50.000 entre militares e civis. Fez-se uma divisão de diferenciação das tropas, a UNPROFOR I era atuante na Croácia e a UNPROFOR II, na Bósnia (NIOD, 2002).

Apesar de que havia uma previsão do envio de 100 militares observadores da UNPROFOR para a Bósnia após a desmilitarização da Croácia, o agravamento da tensão no país fez com que Boutros-Ghali optasse por antecipar esse processo, enviando 40 observadores militares para Mostar em 30 de abril de 1992. No mês seguinte, porém, a escalada do conflito tornou a situação muito perigosa, colocando a vida dos militares em risco e eles foram retirados da região e reincorporados à Croácia. Como resposta às novas dificuldades, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 757 que previa sanções à República Federal da Iugoslávia (apenas Sérvia e Montenegro após a independência das outras repúblicas) e exigiu que as partes do conflito criassem condições adequadas para entrega de suprimentos humanitários (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA, 1996).

Com o passar dos meses a operação foi ganhando cada vez mais encargos na Bósnia. Em junho, a missão foi ampliada pela resolução 758. A UNPROFOR, então, ficou responsável pelo aeroporto de Sarajevo, que foi reaberto para propósitos humanitários. Em setembro, entre suas funções foram acrescidas a responsabilidade pela garantia da entrega de assistência humanitária (Figura 4) em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a proteção de comboios de prisioneiros civis libertados, conforme o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) considerasse necessário. Um acréscimo importante foi a inclusão de novas áreas protegidas totalizando 5 zonas. A estrutura de cada uma contava com um grupo de batalhão de infantaria cuja sede incluía ainda funcionários civis que se encarregavam das tarefas políticas e de informação, bem como da ligação com a

ACNUR. Todos os soldados deviam respeitar as regras de engajamento tradicionais das missões de paz, cuja determinação principal é a autorização de uso da força apenas em situações de autodefesa. Ainda no ano de 1992, a UNPROFOR assumiu o monitoramento do espaço aéreo da Bósnia, proibindo voos militares que não fossem de alguma das operações da ONU e de assistência humanitária. Ademais, os militares observadores receberam a função de controle das fronteiras do país. (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA, 1996).

Figura 4. Comboio humanitário acompanhado por carro da imprensa



Fonte: FINLAN, Alastair. **The collapse of Yugoslavia – 1991- 1999**. Oxford: Osprey Publishing, 2004

Logo no início da guerra, a Sérvia conseguiu conquistar o controle de grande parte da Bósnia utilizando como técnica o terror e massacres. Com isso, a UNPROFOR viu-se diante de uma nova incumbência para a missão: lidar com cerca de um milhão de refugiados que acabaram cercados em enclaves e esperavam desesperadamente a oportunidade de sair do país com alguma segurança (CALVOCORESSI, 2011).

Em 1993 o Conselho de Segurança constituiu as chamadas “áreas seguras¹⁰” nas quais a UNPROFOR tinha autorização para usar a força em caso de ataque. Havia um porém, conforme Calvocoressi explica:

Mas como os membros do Conselho de Segurança não davam à UNPROFOR, já sobrecarregada, os meios para desempenhar essas novas funções, as áreas seguras – todas elas habitadas por muçulmanos e ameaçadas por sérvios – só eram seguras enquanto os sérvios não as atacassem (CALVOCORESSI, 2011, p. 278).

As áreas em questão eram seis e espalhavam-se por todo o país (conforme o mapa na Figura 5). Duas ficavam a noroeste da Bósnia, as outras quatro na fronteira com a Sérvia. Entre elas, localizava-se Srebrenica.

¹⁰ O conceito aparece traduzido em diversas bibliografias também como “áreas protegidas”, “zonas protegidas” e áreas de segurança”, optamos pela tradução mais próxima do original.

Figura 5. Áreas seguras na Bósnia-Herzegovina



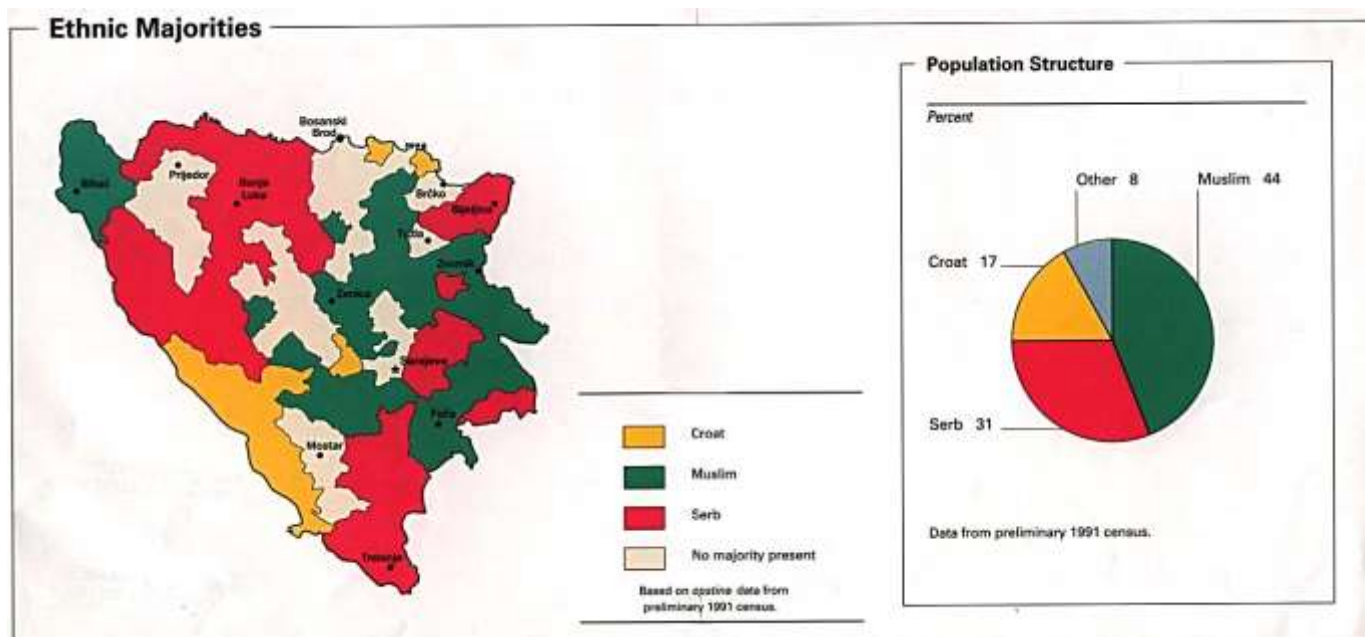
Fonte: Seção Cartográfica das Nações Unidas. Disponível em:
<https://digitallibrary.un.org/record/705479?ln=en>

4.3.2. Srebrenica

Srebrenica é uma cidade situada no leste da Bósnia, em um vale montanhoso, na fronteira com a Sérvia. Dados do censo de 1991 indicam que, nessa época, a população local era estimada em 37.000 pessoas. Destes, 73% dos habitantes eram bosníacos e 25% sérvios, predominância muçulmana maior do que a divisão étnica geral do país (Figura 6). A proximidade da fronteira e a presença dos sérvios no local tornaram a cidade um importante alvo. Nas primeiras semanas, os sérvios dominaram o local e, entre outros abusos, expulsaram os bosníacos de suas residências. Os bosníacos armados, então, se retiraram para as colinas buscando se organizar e

conseguiram retomar o controle em maio de 1992 sob a liderança do militar Naser Orić (NAÇÕES UNIDAS 1999; MCQUEEN, 2005). Este episódio inicial do conflito foi incessantemente repetido pelo BSA como uma das justificativas para as atitudes que tomaram após a queda do enclave.

Figura 6. Etnias majoritárias na Bósnia-Herzegovina (1991)



Fonte: Perry Castañeda Library Collection. Disponível em: https://legacy.lib.utexas.edu/maps/bosnia/ethnic_majoities_bosnia.jpg

Apesar do sucesso na recuperação da área de Srebrenica, os bosníacos que resistiam à ocupação vinham de vários grupos armados, mas não tinham uma estrutura militar organizada, chegando inclusive a haver divergências dentro de suas próprias facções. Até 1993, a região permaneceu sob seu controle e não ocorriam batalhas tradicionais. Havia uma série de ataques e contra-ataques baseados em técnicas de terror como o incêndio das casas dos vilarejos. O mesmo processo de limpeza étnica que foi sistematicamente adotado pelos sérvios contra os bosníacos, teria sido adotado também por estes nesse período. Os sérvios passaram, então, a ganhar força novamente utilizando o mesmo processo de incêndios e assassinatos. Eles conseguiram tomar as áreas de Konjevic Polje e Cerska, cuja população, juntamente com residentes de Srebrenica, se abrigou em áreas montanhosas, próximas à cidade chegando em torno de 60.000 pessoas (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

A escalada de violência atraiu fortemente a mídia internacional, o que acabou levando o comandante da UNPROFOR na Bósnia, general Philippe Morillon, a fazer

uma visita ao local, sem a permissão prévia de seus superiores. Na cidade, ele percebeu que as condições eram de sítio: ausência de água, de eletricidade, baixa disponibilidade de alimentos e deterioração das condições de higiene pública. Os prédios públicos encontravam-se superlotados pelos refugiados que ali buscavam proteção. A população, desesperada, tentou impedi-lo de partir. O comandante conseguiu negociar sua saída, mas antes de partir, abalado com o que presenciara, afirmou que Srebrenica estava sob a proteção das Nações Unidas e não seria abandonada. Ao fazer tal declaração, o general acreditava que em breve os efeitos do Plano Vance-Owen poderiam ser vistos na região. Ele conseguiu negociar com Milošević a evacuação de refugiados (como o da Figura 7) e nos dias que se seguiram, comboios do ACNUR evacuaram civis bosníacos para Tuzla. Cada chegada dos comboios, no entanto, era marcada por grande agitação e pânico entre a população, tendo ocorrido várias mortes por superlotação dos veículos. Em 2 de abril as autoridades locais proibiram a saída de mais comboios, o que gerou grande revolta. Enquanto foi possível, aproximadamente 9.000 pessoas foram evacuadas.

Em entrevista, alguns anos após o conflito, o presidente Izetbegovic reconheceu tal proibição como um erro (NAÇÕES UNIDAS, 1999; MCQUEEN, 2005).

Figura 7. Soldados do Dutchbat ajudam refugiados a subir em jipe em 1995



Fonte: [Origins. Disponível em: https://origins.osu.edu/milestones/srebrenica-massacre-genocide-denial-memory](https://origins.osu.edu/milestones/srebrenica-massacre-genocide-denial-memory)

A evacuação dos refugiados negociada por Morillon foi breve. Em pouco tempo os sérvios tornaram a atacar a cidade e interromper a chegada de ajuda humanitária. Os ataques à cidade foram pesados e causaram alto número de mortes entre os civis. As autoridades locais enviaram uma mensagem secreta às Nações Unidas concordando em negociar uma rendição. O general Morillon, então, conseguiu um Memorando de Entendimento entre as partes (MCQUEEN, 2005).

No Conselho de Segurança, discutia-se os rumos da missão. O posicionamento dos países votantes refletia muito seus interesses. Aqueles que tinham soldados em terra resistiam à uma expansão do mandato temendo que fosse necessário que suas forças entrassem em conflito militar direto com os sérvio-bósnios. Os que não forneceram soldados defendiam um posicionamento mais incisivo da operação com uso da força para confrontar os sérvios (NAÇÕES UNIDAS, 1999). A segurança de seus nacionais, portanto, era um ponto fundamental. Sobre as divergências, Yasuki Akashi, Representante Especial do Secretário das Nações Unidas declarou que

With a consensus absent in the Council, lacking a strategy, and burdened by an unclear mandate, UNPROFOR was forced to chart its own course. There was only limited support for a “robust” enforcement policy by UNPROFOR. UNPROFOR thus chose to pursue a policy of relatively passive enforcement, the lowest common denominator on which all Council members more or less agreed (WOLFGANG; VADSET, 1999, p. 134 *apud* NAÇÕES UNIDAS, 1999, p. 16).¹¹

A falta de concordância entre os membros se repetiu ainda em outros momentos importantes para o conflito, como no caso a seguir.

A proposta em debate era a criação de “áreas seguras”, mas não havia consenso quanto a possível efetividade da manobra e havia preocupação com algumas das dificuldades inerentes ao estabelecimento das áreas. A primeira era o fato de que não havia o consentimento de todas as partes envolvidas no conflito; a segunda era que o próprio conceito previa uma área que fosse totalmente ocupada por civis e sem realização de atividades militares no local. Não havia nenhuma região da Bósnia com essas características, então as áreas que fossem tornadas “seguras”

¹¹ Com a ausência de um consenso no Conselho, sem uma estratégia e sobrecarregada por um mandato pouco claro, a UNPROFOR foi forçada a traçar seu próprio curso. Houve apenas um apoio limitado para uma política de imposição “robusta” da UNPROFOR. A UNPROFOR, portanto, optou por seguir uma política de imposição relativamente passiva, o menor denominador comum com o qual todos os membros do Conselho mais ou menos concordavam.

teriam que ser desmilitarizadas; para dar conta das áreas, a UNPROFOR necessitaria de mais tropas, o que poderia não ser possível de disponibilizar de imediato e, por fim, a ideia de que áreas específicas são “seguras”, poderia implicar a ideia de que as outras são inseguras por não estarem oficialmente protegidas, levando a um incentivo aos ataques dos sérvios (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Em 1992, Cyrus e Vance, presidentes da Conferência Internacional para a Antiga Iugoslávia, manifestaram acreditar que as “áreas seguras” eram um conceito cuja concepção apresentava falhas. A Alta Comissária das Nações Unidas para os Refugiados, Sadako Ogata, alertou que, apesar de concordar que os locais deveriam ser protegidos, criar “áreas seguras” poderia levar as partes beligerantes a utilizarem o conceito para interesses próprios. Assim, sem que houvesse um acordo político, ela considerava a iniciativa arriscada. O Comandante da UNPROFOR compartilhava o temor de que o estabelecimento das áreas sem um acordo seria problemático. Além disso, ele deixava claro que a operação de manutenção da paz que era realizada na Bósnia não era compatível com a implantação de uma “área segura”. Em sua concepção esta tarefa seria mais adequada para uma operação de imposição de paz com capacidade de combate (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Apesar de todas as dúvidas, o Conselho de Segurança acabou precisando agir antes mesmo de terminar o debate sobre o assunto, pois a situação em Srebrenica piorou. Em 13 de abril de 1993, a ACNUR foi informada pelos sérvios de que estes atacariam a cidade caso não houvesse uma rendição dentro de dois dias. Além disso, exigiam a evacuação dos bosníacos. Neste momento, uma confusão nas informações recebidas pelo Conselho acabou delineando os rumos da questão. Um representante de um dos Estados membros afirmou que fontes nacionais o informaram que Srebrenica havia caído (o que não realidade ainda não ocorrera). De posse dessa informação imprecisa, o Conselho publicou a resolução 819 de 1993, que tornava Srebrenica uma área segura e exigia que os sérvio-bósnios cessassem os ataques. A UNPROFOR tornou a comunicar ao Conselho que não considerava possível a aceitação da resolução pelos sérvios sem uma negociação. No entanto, o ato se manteve ainda que a UNPROFOR não tenha recebido novos recursos ou mandato para se impor às partes (NAÇÕES UNIDAS, 1999). É importante destacar igualmente que a citada visita do Comandante da UNPROFOR a Srebrenica e a promessa feita à população, bem como a atenção que causou na mídia e na opinião pública, também

foram relevantes na pressa em resolver a questão, uma vez que a pressão popular demandava um posicionamento mais incisivo.

McQueen (2005) enfatiza que a distância entre os representantes do Secretariado e a UNPROFOR (que agiam na Bósnia) e o Conselho de Segurança (que tomava as decisões na sede em Nova York) contribuiu para dificultar os debates, pois a comunicação entre eles era falha. Os representantes do Secretariado não conseguiam relatar os fatos para o Conselho com celeridade, causando falta de precisão nos dados utilizados para a tomada de decisão. O Conselho, por sua vez, aprovava resoluções baseadas no interesse de seus Estados membros ou da opinião pública sem consultar os representantes do Secretariado e a UNPROFOR, que estavam *in loco*, quanto à viabilidade das aplicações. Essa situação causava uma discrepância entre o que era decidido em Nova York e o que era, de fato, realizado na Bósnia.

Como Srebrenica encontrava-se declaradamente sob ameaça de grupos paramilitares sérvios, a UNPROFOR, acreditando que amenizaria a questão, convenceu o governo bosniaco a aceitar o compromisso de entregar as armas das forças bosniacas para a UNPROFOR. Em troca ofereciam a presença de uma companhia sua na cidade, bem como a negociação de um cessar fogo com os sérvios, a evacuação dos doentes mais graves e acesso livre aos comboios de ajuda humanitária. O acordo foi assinado em Sarajevo tanto pelo general bosniaco Halilović quanto pelo general sérvio Mladić, sob supervisão da UNPROFOR. Os primeiros militares a chegarem na cidade para implementar a força foram 170 homens do contingente canadense em 18 de abril. Esta atitude contrariava a resolução 819 que impunha, entre outras considerações, a retirada das forças sérvias do local, mas foi considerada pela UNPROFOR como a solução possível naquele momento e, posteriormente, em visita de uma missão do Conselho de Segurança a Srebrenica, corroborada pela ONU (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Ao tomar conhecimento da recusa dos sérvios ao Plano Vance-Owen, o Conselho de Segurança adotou a resolução 824 (1993), que incluiu Sarajevo, Tuzla, Žepa, Goražde e Bihać como áreas seguras. Mais adiante, houve uma expansão do conceito de área segura através da resolução 836 (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

It was spearheaded by France with the support of the other major powers. Although much remained constant in terms of the configuration of community and state interests, new elements entered the equation that permitted the

expansion of the concept to other areas, the determination of how it would be implemented in terms of troop numbers and UNPROFOR's mandate, and the adoption of enforcement measures in the form of a NATO air power deterrent. Despite this strengthening and clarification of the concept, states remained divided and ambivalent toward the new policy, laying the foundations for its eventual inadequacies in terms of coherence and enforcement (MCQUEEN, 2005, p. 68).¹²

Quando os conflitos voltaram a se exacerbar na região de Srebrenica, as determinações da resolução 836 já valiam há bastante tempo. Após os acordos feitos nessa época, no entanto, houve um período de diminuição significativa das ações na área que durou de maio de 1993 até junho de 1995 (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Em junho, os sérvios voltaram a atacar. O BSA exigiu que a UNPROFOR movesse seu posto de observação Echo para dar-lhes acesso a uma estrada da região. Diante da recusa da força em atender sua determinação, o posto foi atacado e rendido. Houve um pedido de ajuda aérea da OTAN feito pelo comandante do Dutchbat, mas este foi descartado mais abaixo na cadeia de comando sem chegar ao quartel-general de Zagreb. A solução encontrada pelo batalhão, então, foi criar novos postos de observação próximos ao antigo (PO Sierra e PO Uniform). Percebendo a seriedade da situação, a UNPROFOR permitiu que, seguindo algumas regras, os bósníacos pudessem carregar armas abertamente (as que não haviam sido entregues quando da desmilitarização). Tal decisão não partiu do quartel-general em Zagreb, tendo sido tomada localmente (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Em Srebrenica, a UNPROFOR era representada pelo batalhão dos Países Baixos. A contribuição para manutenção da paz internacional e da segurança são um tema caro para o Ministério da Defesa e para as forças armadas holandesas desde a década de 1950. Quando, em fevereiro de 1992, as Nações Unidas sondaram o governo holandês sobre a possibilidade de oferecimento de soldados para a UNPROFOR, a resposta foi afirmativa. Após a solicitação oficial, o país ofereceu uma tropa inicial com 310 homens, 3 observadores militares e 6 policiais militares. Sua tarefa inicial era cuidar da comunicação do quartel-general em Sarajevo para os

¹² Foi liderada pela França com o apoio de outras grandes potências. Embora muito tenha permanecido constante em termos da configuração dos interesses comunitários e estatais, novos elementos entraram na equação, que permitiu a expansão do conceito para outras áreas, a determinação de como seria implementada em termos de número de tropas e mandato da UNPROFOR, e a adoção de medidas de imposição através de uma força militar de dissuasão aérea da OTAN. Apesar do fortalecimento e esclarecimento do conceito, os Estados permaneceram divididos e ambivalentes em relação à nova política, estabelecendo as bases para eventuais inadequações em termos de coerência e aplicação.

demais batalhões (12 no total), escritórios e sedes de logística da força de paz (NIOD, 2002). O batalhão holandês era conhecido como Dutchbat e operou na Iugoslávia entre 1994 e 1995.

Os militares do Dutchbat eram bastante familiarizados com a estrutura organizacional da OTAN. Na UNPROFOR, no entanto, o funcionamento era diferente. Em primeiro lugar, havia três controles centrais: o quartel-general em Zagreb, o Comando da Bósnia e a sede do Setor Nordeste em Tuzla. Em segundo lugar, o procedimento da OTAN deixava muito claro quais eram as suas responsabilidades e quais cabiam ao governo neerlandês. Na ONU, no entanto, uma vez que a operação fosse aprovada, não havia diretrizes gerais fixas: as atividades seriam delineadas pelo Secretário-Geral de maneira específica para cada caso, nem sempre explicitando as responsabilidades de maneira a não gerar dúvidas (NIOD, 2002).

O Dutchbat ficava sob o controle do Comando da Bósnia (com duas divisões, uma em Sarajevo e outra em Kiseljak):

UNPROFOR operations in Bosnia were directed by the Chief of Staff at the Bosnia-Herzegovina Command Main in Kiseljak, while the Bosnia-Herzegovina Commander in Sarajevo conducted negotiations with the conflicting parties at the strategic level (NIOD, 2002, p. 924)¹³.

Nessa divisão, mais uma vez, a ineficiência na comunicação entre ambos os comandos era um ponto chave.

Seguindo um sistema rotativo, o Dutchbat-3 chegou ao enclave em 18 de janeiro de 1995, assumindo o posto do Dutchbat-2. Contava com um pessoal de aproximadamente 780 pessoas, das quais 600 estavam em Srebrenica. A divisão do batalhão no enclave era organizada da seguinte forma: o quartel-general do batalhão (localizado em Potočari, vila a 7 km de Srebrenica e a menos de 2 km da fronteira da área segura); as Companhias B e C de infantaria; um pelotão de reconhecimento, dois de segurança e um de engenharia; um destacamento de eliminação de munições explosivas e, ainda, duas equipes de controle aéreo avançado (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

A Companhia B ficava situada em Srebrenica e era responsável por três postos de observação – Charlie, Echo e Foxtrot – ao sul. A Companhia C ficava em Potočari

¹³ As operações da UNPROFOR na Bósnia foram dirigidas pelo Chefe do Estado-Maior do Comando Principal da Bósnia-Herzegovina em Kiseljak, enquanto o Comandante da Bósnia-Herzegovina em Sarajevo conduzia negociações com as partes em conflito no nível estratégico.

Figura 9. Complexo do Dutchbat em Potočari

Fonte: Hak op de taki. Disponível em: https://hakopdetak.wordpress.com/2012/07/08/srebrenica-zeventien-jaar-na-de-val/dsc_1573/

Os sérvios na região contavam com cerca de 1.000 a 2.000 soldados em três brigadas. Possuíam um armamento robusto com tanques, veículos blindados sobre esteiras, artilharia e morteiros. Além disso, eram bem remunerados, pois recebiam ajuda financeira do Exército Iugoslavo e tinham boa capacidade de comunicação, inteligência e informação. Os bosníacos, por sua vez, contavam com uma força superior em número, entre 3.000 e 4.000 homens; no entanto, esta era a única vantagem que possuíam. Seu armamento pesado era deficitário, compreendia apenas poucos mísseis antitanques contrabandeados (que eles acabaram não sabendo operar) e alguns morteiros leves. Sua capacidade de comunicação e logística era parca e o comando fragmentado (NAÇÕES UNIDAS, 1999). Como mencionado em capítulo anterior, o ABiH não se formou a partir de uma estrutura militar preexistente como no caso do BSA. Portanto, seu treinamento era fraco e, além disso, a desmilitarização da região em 1993 também reduziu sua capacidade de realização de exercícios militares. Segundo soldados que atuaram na região em entrevista para o relatório das Nações Unidas (1999) sobre a queda de Srebrenica, o ABiH não era uma ameaça militar significativa para o BSA.

Nos meses que antecederam o conflito, a situação foi se tornando cada vez mais deteriorada em Srebrenica. O comandante do Dutchbat reportou a seus superiores em várias ocasiões o avanço dos sérvios na região. Em 26 de abril, por exemplo, ele relatou que o BSA não permitia que ninguém do batalhão pacificador entrasse ou saísse do enclave, o que reduzia sua força para 150 homens. Além disso, as remessas de comida estavam bloqueadas, bem como seus estoques de gasolina. Isso os obrigava a conseguir gasolina de emergência com o ACNUR e, por questões de economia, a trocar as rondas motorizadas por rondas a pé. Esses relatos, porém, aparentemente nunca chegaram à cadeia mais alta da UNPROFOR. Não obstante a seriedade dos fatos, ainda se acreditava que os esforços dos sérvios estavam voltados de imediato para outras regiões do complexo, como Posavina ou as colinas de Majevisa na parte ocidental, não em Srebrenica. Observadores da ONU consideraram que a última semana de junho foi menos tensa que as anteriores. Ainda que membros dos “Lobos do Drina”, uma unidade de reconhecimento de elite do BSA, tenham sido vistos na região, a interpretação dada foi a de que eles visavam intimidar os refugiados bósnios, e não atacar o local. Alguma atividade bélica, de fato, ocorreu na área de Posavina e Majevisa, o que causou a ideia de que a previsão da UNPROFOR estava correta. No dia 5 de julho, não havia qualquer indicação oficial de que algo mais grave estava prestes a acontecer. No dia seguinte, a queda teve início (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Na madrugada do dia 6 de julho, Srebrenica recebeu os primeiros ataques do BSA. A situação se prolongou durante as semanas seguintes, culminando no genocídio. Para melhor descrever o desenrolar dos acontecimentos, compilamos os dias anteriores ao genocídio na linha do tempo a seguir:

Data	Principais acontecimentos
6 de julho	Bombardeio em vários pontos do enclave. Torre de observação do posto Foxtrot atingida pelos sérvios. Pedido do ABiH de devolução das armas em posse da UNPROFOR negado e pedido verbal de ajuda aérea do comandante em Srebrenica desencorajado pelo chefe do estado-maior da UNPROFOR (seria aceito só em caso de último recurso).
7 de julho	Neste dia, a situação no enclave transcorreu com relativa tranquilidade. Até aquele momento havia a informação de 17 civis feridos e 4 mortos desde o dia anterior. No relatório do Comandante da UNPROFOR para a data, foi informada a situação e reforçado o pedido de mantimentos e ajuda por terra e ar. Não há registros, porém, da chegada do relatório à liderança da missão.

8 de julho	Os ataques ficam cada vez mais ofensivos. Novo pedido de suporte aéreo rejeitado. O BSA toma o PO Foxtrot. Ao partirem do local, os pacificadores encontram três soldados do ABiH, que atiram contra o carro de combate e acabam matando um deles. O BSA invade o PO Uniform no mesmo dia. Dessa vez, porém, foram oferecidas duas opções aos pacificadores: retornar a Srebrenica ou seguir para território sob controle sérvio. Temendo novo ataque do ABiH, escolhem a segunda opção. Boutros-Ghali coordenou uma reunião pré-agendada em Genebra sobre a operação nesta data, mas nenhum dos aspectos acima mencionados foi discutido na ocasião pois ainda não haviam chegado até os níveis mais altos da cadeia de comando.
9 de julho	As primeiras informações sobre a gravidade da situação no enclave chegam ao quartel-general da UNPROFOR na manhã desse dia. Em relatório, os observadores das Nações Unidas afirmam que, na situação em que se encontravam, a população civil, o Dutchbat e o ABiH estavam à mercê dos sérvios. Enfatizam ainda que os sérvios não parariam até atingir seus objetivos e que a falta de reação das Nações Unidas poderia encorajá-los. O PO Uniform é tomado e os POs Kilo, Mike e Delta atacados. O major-general Cees Nicolai liga para o general Tolimir, do BSA, expressando que o avanço da tropa ao interior do enclave era considerado ataque a uma área segura e que, caso o BSA não retrocedesse, a UNPROFOR seria obrigada a agir em autodefesa. Tolimir limitou-se a prometer uma análise da situação e o retorno da chamada, o que não ocorreu. O Dutchbat recebe a ordem de estabelecer uma posição de bloqueio ao ataque dos sérvios. Novo pedido de autorização de suporte aéreo foi feito e, dessa vez, recebido em Zagreb, onde ficou valendo como pedido permanente. Com a permissão dada, as forças da OTAN foram comunicadas e concordaram em ficar de prontidão a partir das 06 horas do dia seguinte caso houvesse um chamado.
10 de julho	O Dutchbat inicia o estabelecimento das posições de bloqueio com veículos blindados de transporte de pessoal (VBTPs). Os pontos B1 e B3 com 2 VBTPs cada e B2 e B4 com 1 cada. A ordem era não atirar diretamente no BSA, combate direto somente se necessário. Nesse período, um VBTP é atacado e se conclui tratar-se de uma ofensiva dos bósnios, quando era, na realidade do BSA. O relatório com essa informação é alterado, mas a versão errônea é a que chega ao CS. Sinalizadores de advertência são disparados e nova solicitação de apoio aéreo é feita. Em relatório naquela noite, o comandante da UNPROFOR declarou que acreditava que seria possível segurar a posição de bloqueio até o dia seguinte, considerando que seria mais efetivo se o apoio aéreo estivesse disponível a partir da manhã. Em reunião com a liderança bósnica da cidade, o comandante da UNPROFOR informou sobre a oferta de rendição feita pelos sérvios mais cedo e que foi negada pelos pacificadores, informando ainda sobre os planos de ataque aéreo da OTAN caso o BSA não recuasse.

Fonte: Adaptado de UNITED NATIONS, 1999

Figura 10. Posto de Controle do Dutchbat

Fonte: Origins. Disponível em: <https://origins.osu.edu/milestones/srebrenica-massacre-genocide-denial-memory>

4.3.3. A queda da área segura

O suporte aéreo que o Comandante do Dutchbat solicitou no dia 10 não gerou o efeito esperado e, na manhã seguinte, o apoio não veio. Ao entrar em contato com o setor Nordeste, o subcomandante em Srebrenica foi informado de que nenhum pedido fora feito. Não há explicações claras do porquê desse desencontro nas informações. Supostamente, dois novos pedidos foram então feitos na manhã do dia 11, porém, não há registros do primeiro, apenas do segundo, que chegou ao Comando da Bósnia e Herzegovina por volta de 11h. Enquanto isso, os aviões que estavam de prontidão desde as 06h, mas não foram chamados, precisavam retornar à Itália para serem reabastecidos e só poderiam ser disponibilizados novamente a partir das 14h. O BSA retomou os ataques por volta do meio-dia. Entrementes, em Zagreb, o Comandante da Força e o Representante Especial do Secretário-Geral assinaram o formulário de autorização para uso do suporte aéreo. Na perspectiva deles, o formulário que havia chegado e sido autorizado em seu escritório no dia 9 de julho era permanente; portanto, não haveria motivo para tamanha ambiguidade quanto à

burocracia da aprovação e, por conseguinte, a necessidade de autorização de um novo pedido (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

No início da tarde de 11 de julho, Srebrenica cai. Os sérvios tomam a cidade que estava lotada de refugiados, pois milhares de cidadãos da região haviam rumado para o local após os primeiros avanços do BSA. Essa população começa a fugir em desespero para Potočari buscando a proteção do Complexo B da UNPROFOR. Em nenhum momento o Dutchbat atacou diretamente os sérvios ao longo de seu avanço até a cidade. Quando os aviões da OTAN, finalmente, alcançaram Srebrenica, apenas duas bombas foram lançadas contra veículos sérvios de avançavam para o enclave. O BSA, então, mandou uma mensagem para o Dutchbat ameaçando bombardear seu complexo (onde milhares de refugiados se aglomeravam) e assassinar os soldados neerlandeses (dos postos tomados, que estavam em seu poder naquele momento) caso a OTAN continuasse a agir. O Ministro da Defesa dos Países Baixos então, temendo pela segurança de seus soldados, solicitou ao Representante Especial do Secretário-Geral o encerramento do bombardeio. Não vendo outra opção, o Representante concordou e o bombardeio foi suspenso (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

No complexo do Dutchbat em Potočari, havia entre 4.000 e 5.000 pessoas (em sua maioria mulheres, crianças e idosos). Outros refugiados (aproximadamente 15.000 ou 20.000) ficaram de fora do Complexo, pois o Dutchbat alegou que não havia mantimentos nem espaço suficientes para mais pessoas em seu interior. Esses indivíduos se aglomeraram então nas cercanias do local. Os homens em idade militar, em sua maioria, optaram por partir a pé para Tuzla, arriscando entrar em combate com os sérvios se necessário. O Dutchbat recebeu ordens de iniciar as negociações com o BSA buscando um cessar-fogo. As outras instruções recebidas foram para concentrar a força no complexo de Potočari e fazer todo o possível para proteger os civis sob sua responsabilidade, inclusive o uso de suporte aéreo. Os sérvios solicitaram um encontro com o comandante Thom Karremans do Dutchbat no hotel Fontana em Bratunac. Estiveram presentes o General Mladić e o Comandante do Corpo de Drina do BSA, General Živanović. Na ocasião, Mladić criticou os bombardeios da OTAN contra seu exército. Foi requerida uma nova reunião na mesma noite, juntamente com a presença de representantes das lideranças bosníacas. Karremans reiterou, mais uma vez, a situação preocupante em que os civis se encontravam e solicitou sua evacuação, mas não houve nenhum avanço a esse respeito (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

No relatório enviado pelo comandante do Dutchbat para seus superiores em Zagreb, Sarajevo e Tuzla em 11 de maio, lê-se:

[...] there are now more than 15000 people within one square kilometre, including the battalion, in an extreme vulnerable position: the sitting duck position, not able do defend these at all. [...] "I am responsible for these people [yet] I am not able to: defend these people; defend my own battalion; find suitable representatives among civilians because the official authorities are for certain reasons not available; find representatives among the military authorities because they are trying to fight for a corridor to the Tuzla area, and will not show up anyway because of purely personal reasons; manage to force ARBiH troops to hand over their weapons... In my opinion there is one way out: negotiations today at the highest level: United Nations Secretary-General, highest national authorities and both Bosnian Serb and Bosnian Government (NAÇÕES UNIDAS, 1999, p. 70) ¹⁴

O Representante Especial do Secretário-Geral enviou esse relatório para Nova York no dia seguinte, juntamente com a descrição geral dos acontecimentos no enclave. O cessar-fogo, que havia sido combinado com o General Mladić na reunião da noite anterior, não foi cumprido e os ataques do BSA continuavam acontecendo. Durante a manhã, houve uma terceira reunião da UNPROFOR com os sérvios em que, mais uma vez, foi solicitada a evacuação dos civis. Diante do pedido, Mladić fez um longo discurso denunciando os assassinatos aos civis sérvios do local que foram realizados pelos bosníacos no período de 1992 a 1993 sob a liderança de Orić. O general declarou que daria a assistência às pessoas reunidas em Potočari, mas apenas se não recebesse mais relatos de ataques dos bosníacos ao BSA. Além disso, ele alegou a necessidade de verificar todos os homens entre 17 e 60 anos, justificando que haveria criminosos entre eles. Ficou acordado que os civis seriam transportados para Kladanj e que, a pedido de Karremans, cada ônibus sairia com um soldado do Dutchbat. Durante a tarde, entre 40 e 50 veículos sérvios chegaram a Potočari. Mladić também se deslocou para o local e foi acompanhado por vários jornalistas, que registraram os acontecimentos. Diante das câmeras, o BSA ofereceu pão e água para

¹⁴ [...] há agora mais de 15 mil pessoas em um quilômetro quadrado, incluindo o batalhão, em uma posição de extrema vulnerabilidade: a posição de alvo fácil, sem conseguir se defender de jeito nenhum. [...] Eu sou responsável por essas pessoas [ainda assim] não sou capaz de: defender essas pessoas; defender meu próprio batalhão; encontrar representantes adequados entre os civis porque as autoridades oficiais, por certos motivos, não estão disponíveis; encontrar representantes entre as autoridades militares porque eles estão tentando lutar por um corredor para a área de Tuzla e não vão aparecer por motivos puramente pessoais; conseguir forçar as tropas ARBiH a entregar suas armas ... Na minha opinião, só há uma saída: negociações, hoje, do nível mais alto: Secretário-Geral das Nações Unidas, mais altas autoridades nacionais e os governos sérvio e bósnio da Bósnia.

os refugiados e doces para as crianças enquanto Mladić garantia à população que não tivessem medo e dessem prioridade às mulheres e crianças nos ônibus, pois todos seriam transferidos com segurança (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Figura 11. General Ratko Mladić em Srebrenica "tranquilizando" a população sobre as evacuações.



Fonte: Agência AP. Disponível em: <https://www.museudeimagens.com.br/massacre-de-srebrenica/>

A ação de Mladić para a imprensa pode ser vista acima (Figura 11).

Ao iniciar a evacuação, os soldados sérvios começaram a separar os homens entre 16 e 65 anos e encaminhá-los para o local que ficou conhecido como “casa branca” em frente ao complexo. Poucos homens conseguiram partir nos primeiros ônibus; em seguida, nenhum foi permitido. O subcomandante do batalhão afirma que, ao se opor a essa separação, foi tranquilizado pelos sérvios que garantiram que fariam apenas interrogatórios com os homens seguindo as normas da Convenção de Genebra para prisioneiros de guerra (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

No dia 12 de julho mulheres, crianças e idosos que haviam sido levados para Kladanj foram deixados antes da fronteira e obrigados a caminhar por 6 km para poder atravessá-la. Na impossibilidade de enviar soldados nos ônibus superlotados, o Dutchbat enviou veículos como escolta para acompanhar a evacuação. Os soldados relataram, porém, que os comboios eram muito extensos e, por esse motivo, não havia

como controlar se carros não estavam sendo desviados no caminho. Ademais, 13 ou 14 dessas escoltas foram sequestradas pelos sérvios, que levaram as armas e equipamentos do pessoal da UNPROFOR. Descobriu-se, depois, que os homens que conseguiram entrar nos primeiros ônibus foram separados e levados para uma escola em Vlasenica, onde foram posteriormente mortos (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Nesta mesma data, o comandante da Força envia uma carta para Mladić propondo uma negociação para a situação humanitária, mas a proposta é recusada. Entrementes, uma sessão de emergência era feita no Conselho de Segurança para tratar da questão. Foi aprovada a Resolução 1004 (1995), que exigia a saída dos sérvios da área segura, livre acesso do ACNUR ao enclave e determinava que o Secretário-Geral utilizasse todos os recursos possíveis para reaver o status da área segura. Este último ponto causou discordância, pois alguns países como Rússia, Itália, Reino Unido e China eram contra o uso da força e insistiam em saídas de negociação. Os Estados Unidos, por sua vez, defendiam o envio de uma força de reação rápida para dar suporte à UNPROFOR; a França ofereceu tropas caso fosse necessário. A Nigéria não se mostrava confiante quanto à efetividade da resolução e a República Tcheca destacava que qualquer decisão tomada deveria ser levada a termo. Do contrário, os sérvios, ao sentirem-se impunes se encorajariam a tomar as mesmas atitudes com outras áreas protegidas do país. A situação foi decidida pelo relatório de Karremans, que garantia não haver recursos suficientes da parte da UNPROFOR para tentar uma ofensiva armada. Em sua opinião, a negociação era a única saída. Foi decidida a indicação de um Enviado Especial, Jens Stoltenberg, para acordar com os sérvio-bósnios. Seu objetivo era conseguir a recuperação da área ou, no mínimo, a manutenção da presença das Nações Unidas no local, a liberação dos pacificadores mantidos como reféns e a liberdade de movimento do pessoal que permanecia no enclave, além da liberação dos comboios da ACNUR com a ajuda humanitária (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Durante a noite do dia 12, os homens que estavam na “casa branca” foram transferidos para Bratunac. O Dutchbat foi impedido de acompanhá-los. Há relatos de espancamentos e os primeiros assassinatos tiveram início, mas a situação ainda se tornaria muito mais grave. Os bosníacos que fugiam a pé naquele momento foram emboscados e muitos também acabaram mortos. Em 13 de julho, homens e meninos continuaram sendo destinados a Bratunac, bem como os que se renderam ao cair na emboscada da noite anterior (porém nem todos, pois alguns foram diretamente

assassinados em Kravica). Inicia-se a evacuação do pessoal que estava no interior do complexo do Dutchbat. Dentre eles havia cerca de 300 homens que reportaram ao subcomandante do batalhão (que estava como responsável naquele momento) que temiam por suas vidas, pois tinham certeza de que seriam mortos caso fossem entregues ao BSA. Ainda assim, foi solicitado que deixassem o complexo e acompanhassem os sérvios que lá esperavam. Nenhum deles voltou a ser visto. Em relatos posteriores, o subcomandante afirmou que a UNPROFOR acreditava que os prisioneiros seriam tratados dentro das diretrizes da Convenção de Viena e que não conjecturavam a possibilidade de que seriam executados (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Nos dias que se seguiram, ocorreu o maior número de execuções. O relatório das Nações Unidas indica que, na época, esses fatos eram desconhecidos, fazendo parte apenas de rumores que começavam a surgir. Os sérvios levaram os homens e meninos retirados de Potočari a diversos locais de extermínio. Em 14 de julho em Orahovac, entre 14 e 15 de julho na barragem próxima de Petkovići, em 16 de julho na fazenda de Branjevo e no Centro Cultural de Pilica, entre 16 e 17 de julho em Kozluk. Testemunhos de sobreviventes indicam que, além das mortes, as vítimas também sofreram diversas humilhações por parte dos agressores. Muitas outras informações a esse respeito surgiriam posteriormente (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Carl Bildt, negociador da União Europeia, encontrou-se com Milošević e Mladić em 14 de julho e conseguiu que concordassem em conceder acesso ao ACNUR e a fazer o registro dos prisioneiros de Srebrenica. Na manhã seguinte, o copresidente da Conferência Internacional para a Antiga Iugoslávia, o Representante Especial do Secretário-Geral e o comandante da UNPROFOR se reuniram e receberam o relato de Bildt sobre as negociações. Apesar de saberem das denúncias de graves violações de direitos humanos em Srebrenica, não havia ainda provas de tais acontecimentos e o grupo acompanhou o presidente Milošević e Mladić em uma reunião durante um almoço. Na sequência, o comandante da UNPROFOR e Mladić fizeram nova reunião para acertar detalhes do acordo (Ver Figura 12) (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Entre 16 e 18 de julho, os soldados do Dutchbat foram liberados pelos sérvios. Os homens que ficaram em marcha durante seis dias, finalmente, conseguiram alcançar o território controlado pelo ABiH. Durante o caminho, porém, estima-se que aproximadamente 3.000 tenham sido mortos pelo BSA ou por minas terrestres. O BSA não cumpriu os acordos negociados. No dia 19 de julho, nova reunião é feita entre o general Mladić e Karremans e fica acertado:

Figura 12. Karremans, o comandante do Dutchbat (centro) em almoço com o general sérvio Mladić (à esquerda)



Fonte: FINLAN, Alastair. *The collapse of Yugoslavia – 1991- 1999*. Oxford: Osprey Publishing, 2000.

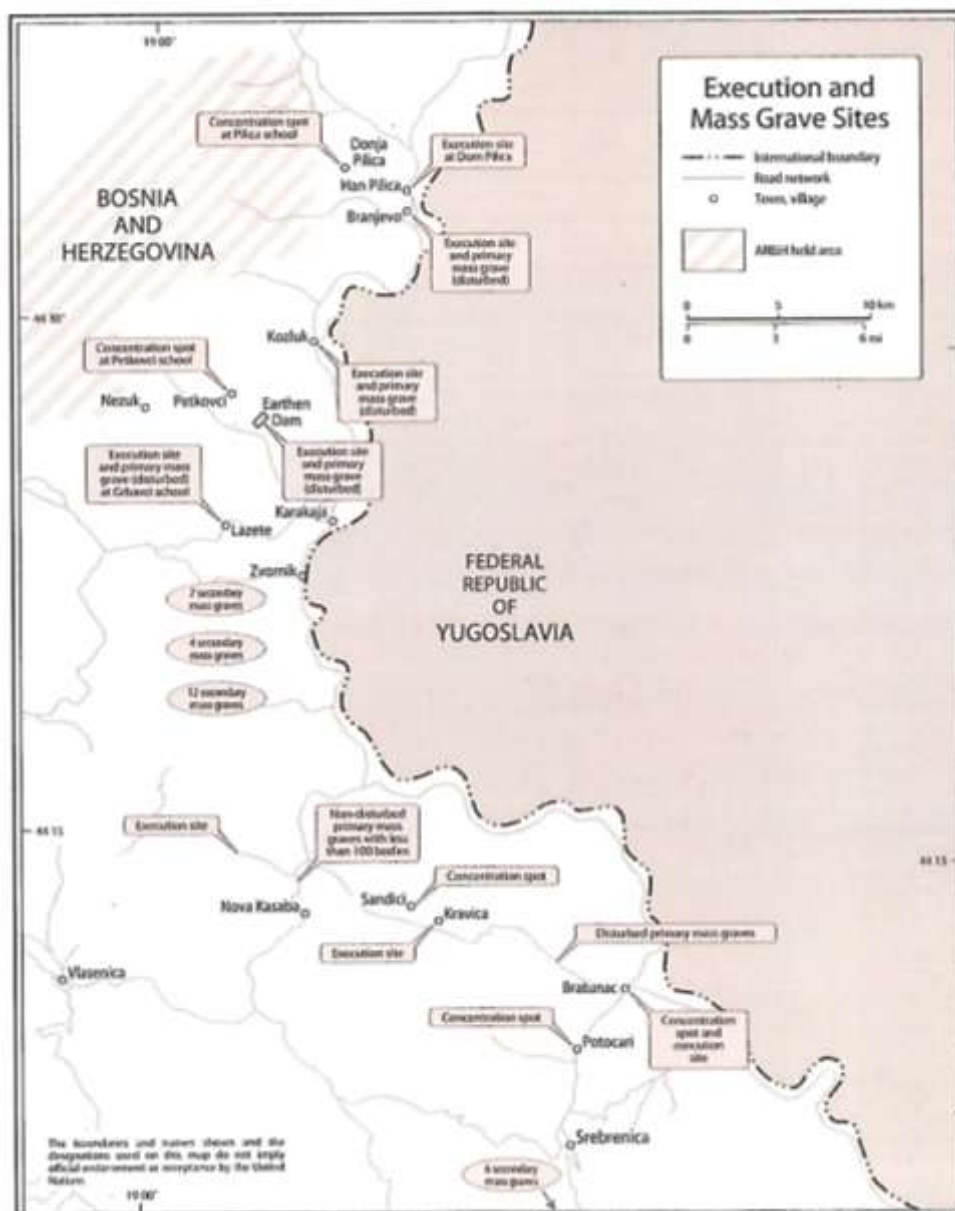
ICRC access to all “reception centres” where the men and boys of Srebrenica were being held, by the next day;
 UNHC and humanitarian aid convoys to be given access to Srebrenica;
 The evacuation of wounded from Potocari, as well as the hospital in Bratunac;
 The return of Dutchbat weapons and equipment taken by the BSA;
 The transfer of Dutchbat out of the enclave commencing on the afternoon of 21 July, following the evacuation of the remaining women, children and elderly who wished to leave (NAÇÕES UNIDAS, 1999, p. 85).¹⁵

Muitas informações sobre o conflito só surgiram nos relatórios de avaliação feitos anos após os acontecimentos. Existem questionamentos quanto ao silêncio de membros da UNPROFOR na época, uma vez que muitos dos relatos feitos pelas

¹⁵ Acesso do CICV a todos os “centros de recepção” onde os homens e meninos de Srebrenica estavam detidos, no dia seguinte;
 Acesso do ACNUR e dos comboios de ajuda humanitária a Srebrenica;
 A evacuação dos feridos de Potočari, bem como do hospital de Bratunac;
 A devolução das armas e equipamentos do Dutchbat levados pela BSA;
 A transferência do Dutchbat para fora do enclave com início na tarde de 21 de julho, após a evacuação das restantes mulheres, crianças e idosos que desejassem partir.

testemunhas não teriam como passar despercebidos por eles, mas não constam em relatórios oficiais do período. No mapa (Figura 13) é possível verificar a indicação das áreas onde os corpos das vítimas foram encontrados em valas comuns. O paradeiro de muitos homens e meninos levados pelo BSA é desconhecido até hoje (Figuras 14 e 15).

Figura 11. Locais de execuções e valas comuns



Fonte: Seção Cartográfica das Nações Unidas. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/70546>

Figura 13. Vala comum em Srebrenica exumada em 2007



Fonte: Adam Jones. Disponível em: <https://www.museudeimagens.com.br/massacre-de>

Figura 12. Lápides no Memorial do Genocídio em Srebrenica



Fonte: Michael Buker. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Srebrenica#/media/Ficheiro:Srebrenica_massacre_memorial_gravestones_2009_1.jpg

4.3.4. Desdobramentos do genocídio na comunidade internacional

Existe muita cautela entre os órgãos internacionais ao classificar algum episódio como genocídio. Isso se deve ao fato de que, ao tipificar o crime, é preciso que se tomem as medidas jurídicas necessárias na identificação e punição dos culpados. Dessa forma, é importante conceituarmos o termo e sua aplicação ao caso estudado.

O termo *genocídio* foi cunhado em 1944 por Raphael Lemkin. Etimologicamente, surge da união do prefixo grego *genos* (raça ou tribo) e do sufixo latim *cide* (matar). Foi reconhecido pela primeira vez como crime na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946 e codificado como crime independente em 1948 na Convenção de 1948 para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (ONU, 2020).

No Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, lê-se a seguinte definição:

Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "genocídio", qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Homicídio de membros do grupo;
- b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.

(BRASIL, 2002, Art. 6)

Apesar da definição legal, trata-se de um assunto bastante controverso no Direito Internacional por surgirem questionamentos sobre quais ações configuram, de fato, o crime de genocídio. No caso da antiga Iugoslávia, especialmente, o surgimento da expressão "limpeza étnica" (que não é reconhecida como crime independente) criou uma forma de atenuar as ações de determinados grupos na tentativa de não os levar a encarar as punições pertinentes a este tipo de crime.

Martin Shaw (2014) enfatiza que, apesar da preocupação com o genocídio remontar à década de 1940, foi a partir do final da Guerra Fria que foram tomadas medidas práticas para não apenas punir, mas também prevenir genocídios e crimes contra a humanidade em larga escala. Os resultados, no entanto, não foram efetivos,

uma vez que não se conseguiu evitar os genocídios de Ruanda (1994) e Srebrenica (1995), por exemplo. Como consequência desses graves lapsos, novas medidas foram tomadas, como o estabelecimento de tribunais para lidar com esses crimes.

O direito internacional é responsável por definir as atribuições legais dos Estados em suas relações uns com os outros e na maneira de tratar os sujeitos que se encontram dentro de suas fronteiras. Diversas questões importantes para o interesse nacional são abrangidas por seu domínio, como direitos humanos, criminalidade internacional, refugiados e conduta de guerra, para citar algumas. Entre os temas de âmbito geral figuram águas internacionais, espaço sideral e comércio internacional, por exemplo (ONU, 2020).

O Direito Internacional Humanitário é ramo do Direito Internacional Público e pode ser entendido como:

[...] um conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente destinado a ser aplicado nos conflitos armados, internacionais ou não-internacionais, e que limita, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito escolherem livremente os métodos e os meios utilizados na guerra (Direito de Haia) ou que protege as pessoas e os bens afetados (Direito de Genebra). (SWINARSKI, 1990, p.31)

Os conflitos têm, portanto, um aporte jurídico que determina os limites do que pode ou não ser empregado como manobra de guerra e, no caso de abusos, garante o direito de busca por penalização aos infratores. Nos últimos anos, porém, muito tem-se falado sobre a questão da prevenção dos conflitos e, no caso de conflitos já estabelecidos, como negociar para que a paz se instale e os civis sofram o menos possível com o ônus da guerra.

Podemos definir a *manutenção da paz* como “a implantação de pessoal internacional para manter a paz e a segurança” (DWAN, 2014, p. 247), ou seja, como a organização de uma força que conta com militares de diversos países que se voluntariam a se deslocar para um local de conflito visando proteger as populações e garantir condições mínimas de segurança e subsistência.

Apesar do conceito e das missões das Nações Unidas existirem desde a década de 1940, foi apenas em 2008 que se estabeleceu, efetivamente, a publicação de princípios e doutrinas para operações de manutenção de paz (DWAN, 2014). Previamente, não havia orientações específicas a serem seguidas; devido a isso cada missão é bastante característica. Contudo, três princípios norteiam o trabalho das

missões desde seus primórdios: consentimento das partes; imparcialidade e não uso da força, exceto em legítima defesa; e defesa do mandato (ONU, 2008).

Com relação à missão de paz na antiga Iugoslávia, é importante enfatizar que, segundo Dwan (2014), os pacificadores da ONU foram introduzidos sem um cessar-fogo nem um acordo para proteger os civis e apoiar a prestação de assistência humanitária. Diante de tais condições, não possuíam:

[...] force, presence, capabilities, or authority required to enforce peace. Their deployment was not always accompanied by significant political initiatives to broker peace. The UN headquarters provided little strategic guidance on how mandates should be implemented or instructions on the use of force for the protection of civilians or the defense of the mission. The chain of command was incoherent, with troops responding to varying and contradictory orders from their national capitals, the mission leadership, and UN headquarters. (DWAN, 2014, p. 250)¹⁶

Os resultados, tanto na Bósnia quanto em Ruanda no mesmo período, foram considerados grandes falhas da agência, que precisou, então, repensar sua maneira de reagir a violações em massa dos direitos humanos.

Dessa preocupação surgiu, no início dos anos 2000, a Comissão Internacional de Intervenção e Soberania do Estado que desenvolveu o conceito de Responsabilidade de Proteger. Este princípio, baseado na ideia de Francis Deng, assevera que o Estado tem o dever primeiro de proteger seus cidadãos. No entanto, se esta tarefa se tornar incompatível com suas capacidades, a comunidade de Estados passa a ter uma responsabilidade residual de realizá-la em favor das populações ameaçadas. A adoção do protocolo, também conhecido como R2P, se deu na Cúpula Mundial de 2005 (ONU, 2020). Seu surgimento trouxe luz aos debates sobre soberania e intervenção e foi de fundamental importância para que os Estados obtivessem uma diretriz a ser seguida ao surgirem questionamentos quanto a esses aspectos. A evolução quanto à padronização dos procedimentos a serem adotados em caso operações de paz nos conflitos é, sem dúvida, uma lição aprendida com os equívocos do passado.

¹⁶ [...] força, presença, capacidade ou autoridade necessária para impor a paz. Sua implantação nem sempre foi acompanhada de iniciativas políticas significativas para intermediar a paz. A sede da ONU forneceu pouca orientação estratégica sobre como os mandatos deveriam ser implementados ou instruções sobre o uso da força para a proteção de civis ou a defesa da missão. A cadeia de comando era incoerente, com as tropas respondendo a ordens variadas e contraditórias de suas capitais nacionais, da liderança da missão e da sede da ONU.

4.4. Análise das falhas da missão

Ao procedermos com um exame dos equívocos cometidos em Srebrenica, consideramos fundamental observar os seguintes pontos: muitos dos acontecimentos aqui expostos se utilizam da visão em retrospectiva, pois não eram de conhecimento geral na época das tomadas de decisão; podemos apenas conjecturar que determinadas ações seriam capazes de ter evitado maiores danos. Porém, por tratar-se de fatos históricos consumados, não há como contrabalançá-los com uma outra realidade do episódio. Além disso, enfatizamos que o principal responsável pelos acontecimentos, conforme comprovado pelo Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia, é o BSA que tomou o enclave e perpetrou as mortes. Nosso objetivo é apenas analisar pontos fracos na ação das Nações Unidas, que se comprometeram a proteger o local, mas falharam, o que pode ter viabilizado a ação dos sérvio-bósnios.

Da mesma forma que Srebrenica é parte de um conflito maior, a Guerra da Bósnia; a UNPROFOR também é parte de uma estrutura maior, cujo topo se encontra no Conselho de Segurança da ONU. Para buscar respostas sobre a ocorrência do genocídio, portanto, é preciso pensar muito além da sequência dos acontecimentos em julho de 1995 e buscar entender como o encadeamento de vários fatores contribuiu para o desfecho trágico.

Em primeiro lugar, como mencionado anteriormente, a queda da União Soviética trouxe uma nova dinâmica nas relações entre os países. Logo, cada ator procurava se reposicionar no cenário internacional a partir das novas perspectivas que emergiam. A maioria dos conflitos que ocorrera nos anos anteriores estava, de alguma forma, ligado à bipolaridade. Dessa maneira, os posicionamentos eram altamente influenciados pelo bloco ao qual se pertencia. Mas a dissolução da Iugoslávia trouxe uma nova conjuntura e muitos países inicialmente não tinham certeza sobre qual atitude tomar em relação a essa guerra. Na ausência de clareza, a atitude foi a inércia. Quando a reação finalmente veio, uniu-se ao problema a incapacidade de analisar a guerra de uma perspectiva mais acurada. Os Bálcãs são historicamente conhecidos por suas tensões étnico-religiosas. O que não foi possível perceber naquela época, porém, é que esse conflito nacionalista difere dos que ocorreram na região em outras oportunidades. No início de 1990, a guerra, conforme elicitava Kaldor (2012), já não era uma luta apenas pela conquista de um território, pela construção de um Estado; ela ganhou ares de política identitária, utilizando a supervalorização do passado histórico

para legitimar os grupos que demandavam o poder. Essa estratégia foi causadora de muito ódio e insuflou a região a tal medida que um padrão estarrecedor se formou: os civis viraram os maiores alvos. Por consequência disso, ao negociar quaisquer acordos para a região era preciso ter em vista que a guerra da qual se tratava não era um conflito militar tradicional e sim, em último termo, uma limpeza étnica. Não era suficiente que o inimigo fosse vencido, ele precisava ser eliminado. Uma intervenção puramente diplomática, nessas condições, dificilmente poderia obter bons resultados. O desenrolar dos acontecimentos provou que, nesse caso, tal postura gerou inúmeras mortes.

Em segundo lugar, conforme fica explícito nos inúmeros desencontros entre informações e divergências nas percepções da realidade em campo com a política do escritório em Nova York, dois problemas se evidenciam. A ineficiência no processo de comunicação e a falta de precisão nas diretrizes para encaminhamento dos relatórios. Permanece a dúvida, por exemplo, quanto aos alegados pedidos de suporte aéreo feitos pelo comandante do Dutchbat, que nunca chegaram a Zagreb. Em seu relatório de 1999, o Secretário-Geral admite o que classifica como “problemas de comando e controle” que permearam toda a missão.

Em terceiro lugar, problemas na estruturação da missão de paz se destacam. Como aponta o próprio relatório do Secretário-Geral (1999, p. 105): “nós tentamos manter a paz e aplicar as regras de manutenção de paz onde não havia paz a ser mantida”¹⁷. Diehl (2008) afirma que três elementos são a base para o sucesso de uma operação de paz: os fatores operacional, contextual e comportamental. O fator contextual se refere à organização e à execução da missão de paz. Neste caso, a UNPROFOR foi pensada para a Croácia; sua extensão para a Bósnia não era um plano bem estruturado, menos ainda a chegada a Srebrenica, que foi apressada pela ocasião da visita de Morillon ao enclave e a promessa feita publicamente aos locais. Houve dissenso no Conselho de Segurança, inclusive, mas a implantação apressada e a ausência de maior apoio à força, como o acréscimo de efetivo, por exemplo, já indicavam possibilidades de fracasso antes mesmo de sua implantação. O aspecto contextual compete às circunstâncias do conflito, condição essa que pode ser um impedimento ao bom funcionamento dos trabalhos. A Guerra da Bósnia era um conflito com uma multiplicidade de atores entre forças regulares e irregulares. Desde

¹⁷ No original: We tried to keep the peace and apply the rules of peacekeeping when there was no peace to keep.

o início a missão não contava com o consentimento de todos os envolvidos. O Dutchbat-3 teve problemas até mesmo com os bósnios, que seriam protegidos, logo na sua chegada a Srebrenica. Diehl (2018) destaca que uma operação de paz posta em prática na segunda fase do conflito (hostilidades ativas) tende a encontrar maiores dificuldades, como no caso da Bósnia, pois os pacificadores possuem pouco armamento e não têm mandato para ações coercitivas. O comandante Karremans, inclusive, era contrário à implantação da missão de manutenção da paz na área segura, pois considerava que as tarefas necessárias para um caso como esse seriam mais compatíveis com uma missão de imposição da paz. Por fim, o terceiro elemento, fatores comportamentais, lida com as atitudes dos beligerantes e as dificuldades que podem surgir na negociação dos acordos de paz. Pensando no caso de Srebrenica, os sérvios, em diversas ocasiões, aceitaram os termos propostos, mas não cumpriram o que era acordado e utilizaram ameaças e coerção, dificultando as decisões não só do Dutchbat, mas também do Conselho de Segurança.

O quarto elemento que podemos citar é a implantação da “área segura”. Os pesquisadores do Institute for War, Holocaust and Genocide Studies (NIOD), nos Países Baixos, destacam, em seu relatório de 2002, que este era um conceito novo, ainda sem uma definição clara. A ONU já contava com a existência do conceito de “safe haven”¹⁸ para missões de paz. Porém, para implantá-lo, seria necessário dispor de um número de soldados superior ao que estava disponível naquele momento. Na necessidade de que algo fosse feito, criou-se essa alternativa que não oferecia proteção militar suficiente para garantir a segurança de fato. Existia a expectativa de que a presença das tropas no local seria o bastante para impedir maiores avanços dos sérvios (“*deter by presence*”). Essa crença, porém, estava equivocada.

A ONU não se furta ao reconhecimento de que a missão em Srebrenica foi uma falha grave. Esse episódio é uma mancha no histórico das operações de paz da organização e, ainda hoje, um ponto de controvérsia no governo dos Países Baixos.¹⁹ Houve extensa pesquisa na busca por respostas e a seguir destacamos alguns pontos levantados pelo já mencionado relatório do Secretário-Geral ao Conselho de Segurança em 1999. Primeiramente, em resposta aos questionamentos quanto à

¹⁸ Porto seguro

¹⁹ Para mais informações ver: NIOD. Srebrenica: reconstruction, background, consequences and analyses of the fall of a “safe” area. 2002. Disponível em <<http://www.niod.nl/en/srebrenica-report/report>>

atuação do Dutchbat e do porquê de não ter havido uma reação mais ofensiva, a ONU reitera que o Comandante do batalhão reconhecia que não havia poderio suficiente, nem de sua força nem dos bosníacos, para defender o enclave. Por essa razão, solicitou o suporte aéreo que não chegou a tempo. Considera-se também que um ataque aos sérvios provavelmente não teria sido efetivo (seriam 150 pacificadores com armamentos leves contra cerca de 2.000 sérvios com armamento de artilharia). Aventa-se ainda a possibilidade de que todos fossem aceitos no interior do complexo, com os soldados como escudos humanos, mas desconsidera-se que tal atitude seria efetiva, pois crê-se que poderia levar a um bombardeio por parte do BSA e mais mortes, inclusive dos boinas azuis, com os quais a ONU tinha responsabilidade com os respectivos países de garantir a segurança. O que não conseguiu ser explicado é o porquê de os soldados neerlandeses não terem relatado as atrocidades de que estavam aos poucos tomando conhecimento em seus relatórios da época. Apesar de não terem certeza de uma extensão maior das violações dos direitos humanos naquele momento, alguns episódios controversos já haviam sido testemunhados antes da ocorrência do massacre, mas não constam nos documentos, apenas nos testemunhos posteriores (NAÇÕES UNIDAS, 1999). Consideramos ainda que a negação do pedido de devolução das armas aos bosníacos, após ficar claro que o Dutchbat não teria condições de proteger a população ameaçada, foi um sério equívoco que os colocou em posição de maior vulnerabilidade do que já se encontravam.

A questão do poder aéreo é um ponto que também levantou muitos questionamentos, pois, apesar de haver dúvidas quanto ao envio de alguns relatórios, há registro de outros que foram recebidos, mas não autorizados ao longo de diferentes pontos na cadeia de comando. Sobre a hesitação no emprego desse recurso, a ONU apresenta quatro razões principais: o temor de que empregar o poder aéreo poderia repercutir como uma “tomada de partido” contra os sérvios, o que feriria o propósito de não-alinhamento da missão; o receio de seu próprio pessoal em terra fosse atingido (trazendo novamente a responsabilidade assumida com os países que enviaram pessoal para a missão); o desejo de não impossibilitar as condições para a entrega de ajuda humanitária; e a preocupação de que bombardeio aéreo levasse os sérvios a retaliarem contra o pessoal do Dutchbat (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Por fim, mas de forma alguma menos relevante, destacamos o papel do Conselho de Segurança e de seus países-membros. O embargo de armas contra a

Iugoslávia causou um sério desequilíbrio de forças, pois dificultou que os bosníacos conseguissem poderio para a própria defesa, enquanto os sérvio-bósnios estavam altamente equipados com o auxílio do espólio do JNA (NAÇÕES UNIDAS, 1999). O relatório do NIOD (2002) destaca que nenhum dos países europeus tinha, inicialmente, a antiga Iugoslávia como uma de suas prioridades, menos ainda a Bósnia. Houve excesso de hesitação em tomar uma atitude enquanto todos pesavam os prós e os contras de seu envolvimento na questão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissolução iugoslava é um episódio triste e sangrento da história mundial. É muito impactante perceber a forma como vizinhos se tornaram inimigos mortais, ver que a pluralidade, tão rica ao espírito da Iugoslávia de Tito, deu lugar a um sentimento de “eles e nós” em que não havia espaço para entendimento. Nada disso, porém, cresceu de maneira espontânea. Ao considerarmos uma questão tão complexa, é preciso ir às raízes para tentar assimilar como chegamos a um desfecho tão atroz.

Examinando a história da península balcânica, podemos perceber claramente a origem da formação populacional de Srebrenica. Seus habitantes eram, em sua maioria, descendentes dos três principais grupos populacionais que se alojaram na região: os croatas – católicos, ligados aos Habsburgos e ao ocidente – os sérvios – cristãos ortodoxos, próximos da Rússia - e os muçulmanos – cuja religião chegou à região com a dominação turco-otomana convertendo muitos eslavos locais no processo. As mágoas históricas também contam bastante: a luta da Sérvia para manter seu Estado é antiga, seus antepassados sofreram com a limpeza étnica dos croatas e se sentiram humilhados por perder seu território para os turcos. Tais questões são sempre lembradas nas tentativas nacionalistas de incitá-los à luta.

O episódio da I Guerra Mundial deu aos Bálcãs a fama de “barril de pólvora” da Europa e, talvez por isso, ainda persista a ideia equivocada de que a região é “naturalmente” violenta. Isso pode ser instrumentalizado para o que vimos na década de 1990. O período titista ajuda a explicar como a região se manteve unida após as tensões das duas grandes guerras. A prosperidade alcançada nesse período também é um bom fator estabilizante para as tensões. Mas o equilíbrio dessa estrutural era frágil e, uma vez que seu mestre saiu de jogo, aos poucos tudo ruiu.

Os conflitos que se iniciaram em 1991 irromperam em um mundo efervescente que se modificava com rapidez, pegando muitos de surpresa. De repente, a ordem não era mais bipolar. O socialismo perdera seu maior representante, estávamos no “fim da História”. Enquanto tudo isso ocorria, a Iugoslávia seguia endividada, politicamente desestruturada, com uma população sem emprego e com pouca esperança. O momento não poderia ser mais propício para líderes com intenções escusas apresentarem suas respostas aos problemas nacionais: a culpa é do outro, a etnia alheia é ameaçadora e causadora de todos os males não apenas atuais, mas passados. Os Bálcãs entram em chamas novamente.

Contudo, se o passado é invocado no discurso, na prática, o conflito que se desenrola não é uma continuação dos conflitos balcânicos anteriores; tem as características de seu momento histórico. Conforme Kaldor (2012) expõe, trata-se de uma mistura de guerra com crime organizado e violações aos direitos humanos. Nota-se uma ausência de respeito a instituições ou regras internacionais, assim como a falta de uma estrutura tradicional com exércitos profissionais bem definidos. As forças regulares que atuaram na Bósnia se formaram, em sua maioria, ao longo do conflito. Há uma intrincada multiplicidade de atores envolvidos e o fator nacionalista e emocional teve papel relevante nas negociações.

Destacamos dois pontos-chaves entre as repúblicas que formavam a Iugoslávia antes da guerra: Eslovênia e Croácia eram mais ligadas ao ocidente e mais prósperas no aspecto econômico. A Sérvia, por sua vez, detinha a capital da federação e grande porcentagem de seu povo espalhada em outros países, especialmente na Bósnia. Esse aspecto ajuda explicar porque a separação da Eslovênia e da Croácia não causou problemas tão graves quanto a da Bósnia. Primeiramente, os dois países não tinham uma população sérvia tão expressiva quanto seu vizinho. Ademais, receberam o apoio internacional com mais facilidade por terem maior aproximação com a Europa ocidental. A Sérvia não aceitaria perder mais um território, pois sua economia já estava abalada com a saída das primeiras repúblicas, muito menos uma região em que viviam tantos de seus nacionais. Nesse panorama, portanto, estava montado o cenário do conflito.

A partir da adoção do pluripartidarismo, cada uma das principais etnias passou a ter representantes que lutavam pela própria causa. A Sérvia não foi a única a apresentar episódios de nacionalismo exacerbado, mas foi a mais incisiva. O presidente sérvio, Slobodan Milošević, foi uma figura central na guerra, pois sua forte campanha de fomentação do orgulho sérvio, seu apoio aos sérvio-bósnios (ajudando no financiamento do BSA, inclusive) e planos de criação da “Grande Sérvia” foram fundamentais para que a violência chegasse a níveis exorbitantes.

Quando a Bósnia foi reconhecida como um Estado, a guerra que lá se desenvolvia não era mais civil e sim interestatal, ainda que, como uma nova guerra, tivesse elementos distintos das velhas guerras, conforme explicamos no capítulo 2. Quando o conflito começou a apresentar sinais de que sairia do controle, o Conselho de Segurança optou por enviar um batalhão de manutenção da paz. Isso seria desejável se houvesse um processo de paz já em andamento no local, mas, muito

pelo contrário, as hostilidades estavam no auge. Uma força levemente armada, sem mandato para uso da força além da autodefesa e sem consentimento das partes não conseguiria resultados muito superiores ao que a UNPROFOR conseguiu. Ainda assim, vale apontarmos que a missão, em parceria com o ACNUR e o CICV, possibilitou a chegada de ajuda humanitária e auxílio na diminuição do sofrimento de muitas pessoas no país nos anos em que lá esteve, chegando a perder 117 de seus soldados no local. Infelizmente, não foi o suficiente para evitar ainda mais mortes.

Nossa hipótese era de que o genocídio de Srebrenica foi potencializado por uma série de equívocos na missão de paz. A leitura dos documentos e de extensa bibliografia sobre o tema nos levou a consideração de que essa percepção estava correta, mas incompleta. A questão é bem mais intrincada do que isso. Reiteramos não desconsiderarmos o fato de que os perpetradores do genocídio foram os guerrilheiros sérvio-bósnios. Porém, muitas outras questões conjunturais podem ter oportunizado sua ocorrência, quais sejam: a falta de agilidade inicial da comunidade internacional para buscar uma solução para a guerra; o posicionamento dos Estados no Conselho de Segurança, mais preocupados com seus interesses do que com a situação da população da Bósnia; a falta de precisão na análise do conflito que subestimou sua alta carga nacionalista e emocional, tratando-o como uma guerra interestatal tradicional de exércitos regulares; a pressa com que a operação de paz foi estendida para a Bósnia e, posteriormente para Srebrenica, sem consideração pelo nível de andamento do conflito e os sinais de que apenas monitoramento no local não seria suficiente; a criação das áreas seguras sem aumento de efetivo para mantê-las; os problemas de comunicação e organização da hierarquia para a tomada de decisões e o silêncio dos pacificadores que estavam em Potočari, mas não relataram na ocasião as evidências de que tinham presenciado de sérias violações aos direitos humanos por parte dos sérvios. Supomos que o conhecimento dessas informações poderia ter viabilizado a autorização para um auxílio mais robusto à UNPROFOR no local.

Com este trabalho, não buscamos apontar culpas, apenas destacar pontos fracos que precisam ser elicitados para que a memória não permita que tais equívocos voltem a ocorrer. A criação do protocolo da Responsabilidade de Proteger certamente contribui muito para que, no mundo de hoje, as operações de paz sejam mais bem organizadas e eficientes. O julgamento dos responsáveis no Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia também foi muito importante, pois o crime de genocídio foi reconhecido (o que não aconteceu em muitos outros casos

internacionais que buscam essa aceitação até hoje) e os culpados levados a julgamento.

Por fim, reiteramos que, apesar da vasta produção sobre o assunto em língua estrangeira, não há muitos trabalhos acadêmicos voltados para Srebrenica no Brasil. Consideramos que outras abordagens da questão seriam de grande validade para aprofundá-la, pois um tema tão rico traz inúmeras possibilidades de reflexão e debate.

6. REFERÊNCIAS

Livros, capítulos, monografias e papers.

ALVES, José A. Lindgren. **Os novos Bálcãs**. Brasília: FUNAG, 2013.

ANDRADE, Carlos Manuel Chaves de. **Geopolítica, um método auxiliar para a compreensão do mundo contemporâneo**. A geopolítica dos Bálcãs. 2011. Tese (Mestre em Estratégia) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4371>. Acesso em: 23 mai 2020.

BELLAMY, WILLIAMS; GRIFFIN. *Understanding Peacekeeping*. Cambridge: Polity Press 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº4.388, de 25 de setembro de 2002. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm> Acesso em 08 mai. 2020.

CALVOCORESSI, Peter. **Política Mundial: a partir de 1945**. São Paulo: Grupo A, 2011.

BENSON, Leslie. **Yugoslavia: a concise history**. Basingstoke: Palgrave, 2001.

DIEHL, Paul F. **Peace Operations**. Cambridge: Polity Press, 2008.

DWAN, Renata. **The Evolution of International Peacekeeping**. *The Handbook of Global Security Policy*, p. 247-264, 2014.

FERON, Bernard. **Iugoslávia: origens de um conflito**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

FINLAN, Alastair. **The collapse of Yugoslavia – 1991- 1999**. Oxford: Osprey Publishing, 2004.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 1983.

GERHADT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009.

GLENNY, Misha. **The Balkans: nationalism, war and the great powers, 1804-2012**. Toronto: House of Anansi Press Inc, 2012.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLZGREFFE, J.L.; KEOHANE, Robert O. (ed.). **Humanitarian intervention: ethical, legal and political dilemmas**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

HUPCHICK, Dennis P. **The Balkans: from Constantinople to communism**. Nova Iorque: Palgrave, 2002.

JELAVICH, Barbara. **History of the Balkans: eighteenth and nineteenth centuries**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983

JELAVICH, Charles; JELAVICH Barbara. **The Establishment of the Balkan National States, 1804-1920**. Seattle, University of Washington Press, 1977.

KALDOR, Mary. **New and old wars: organised violence in a global era**. Cambridge: Polity Press, 2012.

MACMILLAN, Margaret. **A primeira guerra mundial... que acabaria com as guerras**. São Paulo: Globo Livros, 2014.

MCQUEEN, Carol. **Humanitarian intervention and safety zones: Iraq, Bosnia and Rwanda**. Chippenham e Eastbourne: Palgrave Macmillan, 2005.

NIOD. **Srebrenica: reconstruction, background, consequences and analyses of the fall of a "safe" area**. 2002. Disponível em <<http://www.niod.nl/en/srebrenica-report/report>> Acesso em: 07 jul. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o direito internacional**. [S. l.], [2020?]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/direito-internacional/>>. Acesso em: 3 maio 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Escritório de Prevenção de Genocídio e Responsabilidade de Proteger. Responsibility to Protect**. [S. l.], [2020?]. Disponível em: <<https://www.un.org/en/genocideprevention/about-responsibility-to-protect.shtml>>. Acesso em: 5 maio 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General pursuant to Assembly resolution 53/35 – The fall of Srebrenica**, A/ 54/ 549, 1999. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_549_1999.pdf> Acesso em 21 de maio de 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Protection Force: Background**. [S. l.], 1996. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unprof_b.htm>. Acesso em: 4 abr. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, William. **Dicionário de Relações Internacionais**. 2. ed. rev. e aum. Barueri, SP: Manole, 2010

SOARES, Jurandir. **Iugoslávia: guerra civil e desintegração**. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

SHAW, Martin. Genocide and Large-Scale Human Rights Violations. In: KALDOR, Mary; RANGELOV, Ivan (ed.). **The handbook of global security policy**. 1. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2014. cap. 8.

SWINARSKI, Christophe. **Direito internacional humanitário como sistema de proteção internacional da pessoa humana**: principais noções e institutos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. 101 p.

Imagens

ADAM Jones. Disponível em < <https://www.museudeimagens.com.br/massacre-de-srebrenica>> Acesso em: 25 fev. 2021

AGÊNCIA AP. Disponível em < <https://www.museudeimagens.com.br/massacre-de-srebrenica/>> Acesso em: 25 fev. 2021

Encyclopaedia Britannica, Inc. Disponível em <<https://www.britannica.com/place/Yugoslavia-former-federated-nation-1929-2003>> Acesso em: 25 fev. 2021

FINLAN, Alastair. **The collapse of Yugoslavia** – 1991- 1999. Oxford: Osprey Publishing, 2004. Acesso em: 25 fev. 2021

HAK Op de Tak. Disponível em < https://hakopdetak.wordpress.com/2012/07/08/srebrenica-zeventien-jaar-na-de-val/dsc_1573/ Acesso em: 25 fev. 2021>

MICHAEL Buker. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Srebrenica#/media/Ficheiro:Srebrenica_massacre_memorial_gravestones_2009_1.jpg> Acesso em: 25 fev. 2021

ORIGINS. Disponível em <<https://origins.osu.edu/milestones/srebrenica-massacre-genocide-denial-memory>> Acesso em: 25 fev. 2021

PERRY Castañeda Library Collection. Disponível em <https://legacy.lib.utexas.edu/maps/bosnia/ethnic_majorties_bosnia.jpg> Acesso em: 25 fev. 2021

SEÇÃO Cartográfica das Nações Unidas. Disponível em <<https://digitallibrary.un.org/record/705479?ln=en>> Acesso em: 25 fev. 2021